



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 081

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE JULHO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Péricles de Mello*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PRB/PV *Reni Pereira*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mário Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 081

77ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva:..... 02

Presenças:..... 02

Abertura da Sessão: 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 15

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 16

Dep. Mário Roque 19

Dep. Jocelito Canto..... 19

Sr. Rodrigo Rocha Loures..... 21

Dep. Professor Lemos..... 22

Dep. Cleiton Kielse..... 22

Grande Expediente:

Dep. Antonio Belinati 17

Dep. Chico Noroeste..... 25

Horário das Lideranças:

Liderança do Governo

Dep. Cleiton Kielse.....23

Liderança do PMDB

Dep. Jonas Guimarães26

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira.....27

Liderança do PT

Dep. Luciana Rafagnin29

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano31

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni33

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente33

Discussão/Votação

Redação Final33

3ª Discussão35

2ª Discussão35

1ª Discussão45

Requerimentos46

Encerramento da Sessão:48

DIÁRIO Nº 081

77ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2009

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti, secretariada pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Fernando Scanavaca.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mário Roque, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Durval Amaral, Fábio Camargo, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes e Miltinho Pupio (06).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Ney Leprevost (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CEE/CC 2428/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelos Deputados Elio Rusch, Douglas Fabrício, Plauto Miró, Ney Leprevost e Marcelo Rangel, que solicitam esclarecimentos sobre programas do Governo do Estado voltados aos portadores de deficiência visual. **Ao Conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº CEE/CC 2433/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Sr. Deputado Douglas Fabrício, que solicita esclarecimentos sobre cursos de graduação criados nas instituições estaduais de ensino, desde 2002 até o corrente ano. **Ao Conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 813/09

À Exma. Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação do Estado.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1 - O calçamento e cobertura da cancha de areia no Colégio Estadual Jayme Canet, nesta Capital.

2 - Tal solicitação se faz necessária devido ao grande número de alunos que utilizam as quadras para as aulas de educação física, já que a escola faz parte do Projeto Mais Educação.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a)STEPHANES JUNIOR

INDICAÇÃO Nº 814/09

Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando:

1) Que o referido entroncamento serve de acesso para o *campus* da UTFPR, do futuro *campus* da FECIL-CAM, da sede social da ARCAM e de outras entidades e empresas;

2) Que no trecho existe um tráfego intenso de pedestres, bicicletas, veículos e caminhões;

3) Que as rotatórias de acesso existentes no local são inadequadas;

4) Que não existem calçamento nem ciclovias e a iluminação é deficiente;

5) Que há problemas de segurança para o deslocamento de pessoas e veículos naquele local;

6) Que esse problema foi diagnosticado e apresentado pela Agenda Parlamentar "Ideias e Soluções para os Municípios" promovida pelas entidades: AREA-CM, AEA-CM e CREA-PR.

Solicita urgentes providências no sentido de:

1) Interceder junto ao DNIT para propor as adequações necessárias com o intuito de resolver os problemas atuais diagnosticados pelas entidades parceiras.

2) Propor ao DER adequações no trecho da PRT-158 que é de sua responsabilidade.

O atendimento ao nosso pleito, que é de caráter urgente, em muito beneficiará a comunidade local e regional, melhorando as condições de tráfego e segurança e, conseqüentemente, melhorando o nível de qualidade de vida da população, principalmente a acadêmica.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO Nº 815/09

Sr. Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando:

1) Que a SEAB está executando em várias regiões do Paraná programa de Gestão Integrada em Microbacias e temos problemas na bacia do rio do Campo na Cidade de Campo Mourão;

2) Que a água do rio do Campo é utilizada pela Sanepar para abastecer a população de Campo Mourão;

3) Que as estradas rurais são amplamente utilizadas para escoamento da produção agrícola da região;

4) Que existe assoreamento e erosão causados pela má conservação das estradas rurais pertencentes à referida microbacia;

5) Que existe contaminação da água pelo carreamento de resíduos para o referido rio;

6) Que esse problema foi diagnosticado e apresentado pela Agenda Parlamentar “Ideias e Soluções para os Municípios” promovida pelas entidades: AREA-CM, AEA-CM e CREA-PR.

Solicita urgentes providências no sentido de:

1) Incluir no Programa de Gestão Ambiental Integrada em Microbacias o Município de Campo Mourão no trecho onde se localiza a bacia do rio do Campo o mais rápido possível.

O atendimento ao nosso pleito, que é de caráter urgente, em muito beneficiará a comunidade local e regional, melhorando as condições de tráfego e escoamento da produção agrícola, impedindo a formação de erosão e contaminação da água, consequentemente melhorando o nível de qualidade de vida da população.

Ainda aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3520

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3565

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo nº 158 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 057/09, item 08 da Ordem do Dia, por 05 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 3509

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva desta Assembleia Legislativa, que seja realizada Sessão Solene em homenagem ao Patrono do Exército Duque de

Caxias e Dia do Soldado, no dia 26 de agosto, quarta-feira, às 10h, no plenário desta Casa Legislativa e que a mesma seja filmada e transmitida via TV SINAL.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) STEPHANES JUNIOR

JUSTIFICATIVA:

Estou realizando a solenidade para homenagear o Dia do Soldado, que é comemorado pelo Exército Brasileiro em todo o território nacional, no dia 25 de agosto. A data é alusiva ao nascimento do Patrono do Exército, Marechal Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, que nasceu no dia 25/08/1803.

REQUERIMENTO Nº 3519

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que sejam marcadas Sessões Extraordinárias, logo após a Sessão Ordinária, com a diminuição ao interstício.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3552

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência, do Deputado Ney Leprevost, na sessão do dia 14 do mês corrente, por recomendação médica por forte resfriado e febre de 39°.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº3508

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja autorizada a liberação de passagens Curitiba-Brasília-Curitiba, bem como 04 (quatro) diárias, a partir de quarta-feira, dia 15, para que este Parlamentar possa participar de audiências no Ministério da Agricultura, visando obter autorização para que a Universidade Federal Tecnológica de Francisco Beltrão possa proceder a exames diagnósticos sobre o leite produzido na região; e, no Ministério de Minas e Energia, para tratar de assuntos referentes à Usina do Baixo Iguaçu.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 3506

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de voto de pesar à família Munhoz pelo falecimento do Vereador Osvaldo Munhoz, ocorrido no último dia 12.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia à viúva Sra. Lourdes Dorta Munhoz e familiares.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Vereador por quatro mandatos, Osvaldo Munhoz será sempre lembrado pelos relevantes serviços prestados a comunidade de Guaraci.

Osvaldo deixa viúva a Sra. Lourdes Dorta Munhoz e quatro filhos: Denise, Denilson, Carla e Carolina e quatro netos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se a dor que abalou a família Munhoz, endereçando a eles, votos de profundo pesar.

REQUERIMENTO N° 3513

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, que após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Walter Brun Garcia, no último dia 10/07/09, com 57 anos, em Marialva.

Walter Brun Garcia, era filho do Sr. Pedro Jorge Garcia (falecido) e a mãe Elia Brun Garcia. Deixa dois irmãos: Valdecir e Vanilton e duas filhas: Silvia e Eloiza.

À família enlutada expressamos os mais sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO N° 3514

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Cartorário Alfredo Braz, ocorrido no último dia 12 em Curitiba.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 68 anos de idade, faleceu no último dia 12 em Curitiba, o Cartorário Alfredo Braz, filho de Joaquim Braz e Maria Ângela Halila Braz, deixou viúva a Sra. Vera Regina Viana Braz, deixou dois filhos e seis netos.

Seu passamento veio a abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares Alfredo encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Braz endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 3515

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, para que fique registrada para posteridade, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. José Maria de Araújo Perpétuo.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em Palmas no último dia 10, com 82 anos de idade o Dr. José Maria Araújo Perpétuo. Deixou viúva a Sra. Révora Franco de Araújo, quatro filhos e 11 netos. Dr. José Maria era pai da atual Prefeita Joana D'arc Franco de Araújo. Dr. José Maria foi Prefeito por dois mandatos (1973-1976 e 1983-1988), foi Presidente da AMSULPAR - Associação dos Municípios do Sul do Paraná.

Dr. José Maria formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Paraná, tendo atuado por 50 anos ininterruptos, o que deu a ele a maior honraria do Conselho Regional de Medicina do Paraná, a "Medalha de Lucas", em 2007. Também era conhecido como o médico dos pobres.

Zé Maria, como era conhecido, era homem simples, puro, médico dos pobres, da família, admirado por muitos. A sua bondade, o seu amor, a sua paciência e a sua dedicação na profissão construíram riquezas muito maiores do que aquelas que o dinheiro poderia construir. Dr. José Maria trabalhou em Palmas como clínico geral, tendo cursos nas áreas de pediatria, urologia, radiologia, patologia e ginecologia e obstetrícia. Foi médico do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, médico-chefe do posto de saúde de Palmas por 30 anos, clínico geral no Centro de Saúde; médico do Projeto Rondon 2000 e médico da Fundação Nacional da Saúde - FUNASA.

Em 1969, o ex-Prefeito começou a lecionar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas, José Maria construiu a Clínica São José e Maternidade Dona Flávia - hoje Hospital São José de Palmas. Foi membro da Academia Palmense de Letras e do 1º Conselho das Faculdades de Palmas. O médico foi ainda sócio-fundador

e Presidente de Lions Clube de Palmas, que, junto com o Rotary Clube, o homenageou com medalha no Dia do Médico. Entre outros títulos, José Maria recebeu o diploma de Mérito Ético Profissional da Medicina, pelo Conselho de Medicina do Paraná, em 2002. Foi condecorado em 1992 pelo então Governador do Paraná Roberto Requião com título de Cidadão Benemérito. Ainda quando Prefeito foi escolhido para representar o Estado em Congresso na Alemanha.

O destino roubou-o do convívio de seus entes queridos. Resta-nos, todavia um consolo, a certeza de que viveu uma vida dedicada a família, aos amigos e ao trabalho.

Aceitai, pois, dileto amigo Dr. José Maria de Araújo Perpétuo, nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso, para que lhe de o merecido repouso. Descanse em paz.

Sua família que adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná através deste Parlamentar cumpre o dever de associar-se a dor que abalou os familiares do Dr. José Maria, endereçando a eles, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 3516

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do médico João Gilberto Sprotte Mira, ocorrido no último dia 11 em Curitiba.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 72 anos de idade, faleceu no último dia 11 em Curitiba, o médico João Gilberto Sprotte Mira, filho de João Antônio Mira e Maria Correa Sprotte Mira, deixou viúva a Sra. Dirce Marques Mira, deixou ainda dois filhos e três netos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de João Gilberto encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Sprotte Mira endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 3517

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta egrécia Casa de Leis, votos de profundo pesar pelo falecimento do Dr. José Maria de Araújo Perpétuo, médico, ex-Prefeito de Palmas, ocorrido no dia 10 de julho próximo passado, na Cidade de Palmas/PR.

Do aprovado requer ainda, que do presente seja enviada cópia à família do Dr. José Maria de Araújo Perpétuo, esposa, filhos e netos e bisnetos. Em especial também solicitamos seja enviada cópia do presente ao Coronel Domingos Soares, Sr. Mauro Correio de Almeida, genro do Dr. José Maria de Araújo Perpétuo, neste momento de grande tristeza, manifestando nossas condolências, na forma de solidariedade e saudade irreparável.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

É com imensa tristeza que soubemos do falecimento do amigo e companheiro Dr. José Maria de Araújo Perpétuo, 82 anos, médio, ex-Prefeito de Palmas, ocorrida na data de 10 de julho, na Cidade de Palmas/PR.

Dr. José Maria de Araújo Perpétuo, renomado médico e ex-Prefeito de Palmas por dois mandatos, era pai da atual Prefeita de Palmas, Joana D'arc Franco de Araújo e sogro do Prefeito Municipal de Coronel Domingos Soares, companheiro Mauro Corrêa de Almeida.

Dr. Zé Maria, como era conhecido, nasceu aos 15/03/27, na casa de seus pais, o Sr. José Joaquim de Araújo Perpétuo e a Sra. Dalva de Araújo. Era carinhosamente tratado pelos palmenses e por todos aqueles que o conheciam como o Pai dos Pobres, ou Médico dos Pobres, por ser, além de médico, protetor e amante da vida e daqueles que dela precisavam.

Ainda criança foi mandado por seus pais para estudar na Capital do Estado e se preparar para os estudos universitários. A história de sua escolha acadêmica é fascinante e quase que inacreditável, pois quando chegou o momento de fazer a inscrição para o vestibular seu desejo era a Agronomia (como seu pai) mas, ao saber que existiam muitas questões matemáticas e não se sentindo preparado, optou por inscrever-se em Medicina, na UFPR - Universidade Federal do Paraná. Escolha esta que todos têm certeza de que foi guiada pelas mãos de Deus. Graças a ela há mais de 50 anos o Município de Palmas e seus arredores contaram com o amor e a dedicação do Sr. Zé Maria.

Casado com a Sra. Révora Franco de Araújo e dessa união de amor e respeito teve quatro filhos, 11 netos e seis bisnetos. Homem religioso e devoto teve uma

família farta, abençoada e construída solidamente sob os ensinamentos cristão-católicos. Apesar das dificuldades e lutas comumente vividas por qualquer família, soube vencer e sempre olhar para frente, com a esperança de dias melhores, de uma sociedade melhor, mais humana e mais fraterna. Quando se fala em fraternidade, em solidariedade, em caridade os palmenses se lembram de Sr. Zé Maria, que sempre colocou sua vida a serviço da Medicina, auxiliando aqueles que mais necessitam, sem dar atenção à situação financeira de seus pacientes, mas sim ao seu bem-estar, à sua saúde e qualidade de vida.

Atuou sempre com brilhantismo, competência e determinação o que consolidou sua profissão com reconhecido mérito. Com seu carisma e simpatia cultivou muitos amigos, e teve sua vida marcada pela integridade, trabalho e dedicação aos seus semelhantes.

O tempo e a distância jamais apagarão do coração de todos que tiveram a felicidade de conhecê-lo a lembrança de homem honesto, amigo exemplar em sua família e sociedade.

A Assembleia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor dos familiares, em especial esposa, filhos, netos e bisnetos externando votos de profundo pesar e de solidariedade, e rogando a Deus para que lhes conceda o necessário conforto.

REQUERIMENTO N° 3523

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Alfredo Braz, ocorrido no dia 12 de julho.

Sr. Alfredo Braz era oficial do 5° Tabelionato de Notas de Curitiba e tesoureiro da Associação dos Notários e Registradores do Brasil. Filho de Joaquim Braz e Maria Ângela Halila Braz, deixa viúva a Sra. Vera Regina Viana Braz, duas filhas e seis netos.

Expressiva personalidade da sociedade paranaense, tabelião dedicado e pessoa respeitada na comunidade.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO N° 3524

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Albertina Lagos Martins Mercer, ocorrido no dia 08 de julho.

Dona Santinha, como era conhecida e chamada por todos, deixará saudades. Com um legado histórico no Município de Tibagi, era uma mulher desprendida, de coragem e dotada de extrema sensibilidade voltada ao

próximo. Trabalhou como voluntária no Hospital da Criança atuando como enfermeira prática, foi a 1ª Dama do Colendo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, atuou ativamente na parte social, promovendo a união de Sras. de Desembargadores com esposas de Juizes da Capital, fundou e apoiou a maioria das Associações Assistenciais de Tibagi, era viúva do Desembargador Edmundo Mercer Junior, deixa quatro filhas, treze netos, quatorze bisnetos e um trineto.

Expressiva dama da sociedade paranaense, mãe dedicada e pessoa respeitada na comunidade.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO N° 3584

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Jone Amir Ledur, ocorrido no dia 12/07/09, no Município de São João/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Marines Chioqueta Ledur.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Às vezes ocorrem fatos que nem de longe conseguimos entender ou compreender. Por mais que busquemos respostas, muitos acontecimentos se envolvem em contundentes mistérios e se tornam inexplicáveis.

Assim é que definimos o falecimento de Jone Amir Ledur. Grande mediador, inteligente, equilibrado e outras virtudes, que faziam com que ele fosse uma das principais lideranças empresariais no Município.

Esposo, pai, trabalhador e amigo, sua existência foi marcada pela forma generosa de ser.

Além de ser engenheiro civil, na política exerceu o cargo de membro do diretório local e delegado do PMDB.

No âmbito familiar, criou com muito esmero e disciplina seus dois filhos: Roberto e Regis. Como marido, sempre foi companheiro, leal e amigo.

Enfim, adjetivos não faltam para qualificá-lo, uma vez que em vida deixou uma grande marca de honestidade, humildade e caráter. Todos, com certeza, sentirão amargamente a ausência do Sr. Jone.

Todavia, é necessário partir de pressuposto de que Deus, na sua inesgotável e sabedoria é justo e sabe o que faz, por isso resta-nos neste instante de profundo sofrimento, dor e tristeza para família, amigos e conhecidos, rogar ao Pai supremo que acolha este filho, reservando-lhe um local junto à morada eterna.

As nossas sinceras condolências.

REQUERIMENTO Nº 3588

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Alorino Batista de Melo, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3589

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Augusto dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3590

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Quintino de Sousa Lima Neto, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3591

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Sandro Luiz Telytcka, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3592

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Sebastiana Ferreira Andarde, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3593

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Sivestre Sampaio da Cruz, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3585

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER a esta Casa Legislativa o encaminhamento de congratulações à Diretoria da Associação Cultural e Italiana, da Cidade de Céu Azul, pela exemplar organização do tradicional jantar italiano, daquele Município, que ocorreu neste último final de semana.

As congratulações, aqui requeridas são extensivas também a todas as pessoas que se esforçaram e trabalharam, de uma ou outra maneira, pelo largo sucesso do grande evento festivo.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado proponente solicita seja dada ciência da mesma, via correspondência a ser encaminhada a Sra. Roseli Maria Brandalise, Presidente da Associação Cultural italiana e gaúcha.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3587

Senhor Presidente:

Em atendimento aos parágrafo 1º, inciso V do artigo 131 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o envio de votos de louvor ao Executivo Municipal do Município de São Pedro do Iguaçu pela comemoração do seu 19º aniversário a realizar-se no próximo dia 16 de julho.

O Município de São Pedro do Iguaçu, situado na Região Oeste do Paraná, foi colonizado em função da exploração da madeira existentes na sua região. O início da colonização, onde atualmente se encontra o Município de São Pedro do Iguaçu, ocorreu por volta de 1963 com o desmatamento da área para construção do povoado. Formado inicialmente por mineiros e nordestinos, a população são-pedrense, possui como principal grupo étnico, os brasileiros da Região Central e nordeste, existindo também grupo teuto-germânico e italianos, vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Criado através da Lei Estadual nº 9336 de 16/07/90, foi desmembrado de Toledo e, embora sua recente trajetória como Município, destaca-se no cenário microrregional.

Baseado principalmente na atividade agropecuária, os cerca de 8 mil habitantes de São Pedro do Iguaçu vêm se desenvolvendo e construído um grande Município.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

REQUERIMENTO Nº 3511

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Dr. Sérgio Eduardo Emygdio de Faria.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Dr. Sérgio Eduardo Emygdio de Faria, é formado pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1980, especialista em ginecologia e obstetrícia na Santa Casa do Rio de Janeiro; na Universidade Estadual do Norte Pioneiro, fez especialização em saúde da família e saúde coletiva, também em Saúde Pública e ação comunitária; médico pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria do Estado da Saúde do Paraná.

Foi Chefe na Santa Casa de Misericórdia de Jacarezinho como Diretor Clínico, técnico chefias de clínicas, médico obstetra com mais de dez mil partos realizados; chefe e médico social do extinto INAMPS. Foi Vereador mais votado do Município de Jacarezinho, Presidente da Câmara e Vice-Prefeito.

Parabenizo pelo profissionalismo e pelo incansável trabalho em ajudar as pessoas, realizando atendimento atencioso e humanitário à comunidade.

REQUERIMENTO Nº 3512

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. José Carlos Molini.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Parabenizo pela sua atuação empresarial, visão empreendedora e relevantes serviços prestados à comunidade, pela maneira cortês e eficiente, atuando sempre de forma ímpar, com total desvelo e dedicação.

REQUERIMENTO Nº 3525

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Comissão Organizadora da Festa do Divino de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Comissão Organizadora da Festa do Divino de Guaratuba e aos seus organizadores, Pe. Miguel do Nascimento Netto e o casal Eros e Maria da Graça Schuartz, realizadores de um evento religioso popular que é a expressão do sentimento inconsciente do povo. Uma festa que representa a esperança da chegada de uma nova era para o mundo dos homens, com igualdade, prosperidade e abundância para todos.

REQUERIMENTO Nº 3526

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Dra. Bettina Sanson.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Dra. Bettina Sanson, dermatologista, membro da Sociedade Brasileira de Dermatologia e Cirurgia Dermatológica e proprietária da clínica que leva seu nome, onde realiza seu trabalho com competência e dedicação, utilizando uma nova técnica para fotodiagnóstico através de um aparelho que permite a análise digital da face, detectando informações que o exame clínico não faz, mapeando minuciosamente por fotografias digitais tiradas com luz ultravioleta, este avanço tecnológico demonstra a preocupação constante com a atualização dos tratamentos e o seu compromisso com os pacientes, dando-lhes conforto e qualidade com atendimento personalizado.

REQUERIMENTO Nº 3527

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Quanto Basta Cucina Italiana.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Quanto Basta Cucina Italiana, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana, os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de um buffet mediterrâneo, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e com os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável, uma referência da boa gastronomia.

REQUERIMENTO Nº 3528

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Plano B Bar e Restaurante.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Plano B Bar e Restaurante, que através de seus coquetéis originais elaborados pelo melhor Barman da Cidade, transmite à sociedade curitibana cultura e lazer, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo da Capital. Por se tratar de uma casa noturna que oferece petiscos sem nenhuma fritura mas com tempero na medida certa, destaca-se na culinária conquistando seus clientes com a qualidade e com os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável.

REQUERIMENTO Nº 3529

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Vanessa Maritza Dutra Malschitzky.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Vanessa Maritza Dutra Malschitzky, jovem preocupada com a responsabilidade social, produziu um site focado em jornalistas que passam a disseminar as informações, atingindo os pauteiros das mídias impressa, de rádio, de TV e internet. Com o site Pauta Urbana: Meio Ambiente Urbano como pauta para jornalistas de Curitiba, classificou-se em 2º lugar na categoria projeto jornalístico para internet, na 14ª edição do Prêmio Sangue Novo no Jornalismo Paranaense promovido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, que premia trabalhos de conclusão de curso, com o objetivo de contribuir para o progresso da sociedade, estimulando nos demais a noção de que o mundo que estamos construindo deve ser preocupação de todos.

REQUERIMENTO Nº 3530

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Marina Wagner Portella.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Marina Wagner Portella, jovem preocupada com a responsabilidade social, produziu um periódico direcionado às mães cujos filhos sofrem de neoplasia e são atendidos pela Associação Paranaense de Apoio a Criança com Neoplasia. Com a revista Corujas, classificou-se em 2º lugar na categoria Projeto em Jornalismo Impresso, na 14ª edição do Prêmio Sangue Novo no Jornalismo Paranaense promovido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, que premia trabalhos de conclusão de curso, com o objetivo de contribuir para o progresso da sociedade, estimulando nos demais a noção de que o Mundo que estamos construindo deve ser preocupação de todos.

REQUERIMENTO Nº 3531

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Allyne Louise Mauricio Alves.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Allyne Louise Mauricio Alves, jovem preocupada com a responsabilidade social, produziu um periódico direcionado às mães cujos filhos sofrem de neoplasia e são atendidos pela Associação Paranaense de Apoio a Criança com Neoplasia. Com a revista Corujas, classificou-se em segundo lugar na categoria Projeto em Jornalismo Impresso, na 14ª edição do Prêmio Sangue Novo no Jornalismo Paranaense promovido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, que premia trabalhos de conclusão de curso, com o objetivo de contribuir para o progresso da sociedade, estimulando nos demais a noção de que o mundo que estamos construindo deve ser preocupação de todos.

REQUERIMENTO Nº 3532

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Frederico Alves Pinheiro.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Frederico Alves Pinheiro, jovem preocupado com a responsabilidade social, realizou um trabalho na rádio comunitária da Cidade Industrial de Curitiba com o intuito de divulgar os grupos de rap, dando voz aos invisíveis, aos moradores de rua, aos coletores de recicláveis. Com o intuito de Raízes do Rap, classificou-se em segundo lugar na categoria Projeto em Radiojornalismo, na 14ª edição do Prêmio Sangue Novo no Jornalismo Paranaense promovido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, que premia trabalhos de conclusão de curso, com o objetivo de contribuir para o progresso da sociedade, estimulando nos demais a noção de que o Mundo que estamos construindo deve ser preocupação de todos.

REQUERIMENTO Nº 3533

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Rádio Caiobá FM Curitiba pelos 30 anos.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Rádio Caiobá FM Curitiba pelos 30 anos de existência, na pessoa de seu proprietário Sr. João Lídio Bettega e de seu Diretor Sr. Paulo Roberto Oliveira que colocam todo seu desempenho para a qualificação e expansão cada vez maior da emissora. Possuindo uma programação voltada para a comunidade com participação do público, leva a música, a alegria e a diversão, com jornalismo e utilidade pública, demonstrando o respeito aos seus ouvintes. Uma empresa séria e conceituada, com responsabilidade social e uma equipe profissional e dedicada. É a maior audiência do rádio FM em Curitiba e Região Metropolitana, mesclando as notícias de Curitiba com as informações sobre o Brasil e o mundo.

REQUERIMENTO Nº 3534

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. José Mário Tupinã Machado.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. José Mário Tupina Machado, médico geriatra formado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná com doutorado em Gerontologia Biomédica, é diretor técnico do Serviço de

Geriatria do Hospital Universitário Cajuru, onde desenvolve um trabalho de conscientização do envelhecimento com saúde e do tratamento das doenças inerentes à idade avançada, cuidando de seus pacientes com carinho e atenção, identificando o período do climatério e das grandes transformações que ocorrem no organismo durante esta fase.

REQUERIMENTO Nº 3535

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Piola Pizzeria.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Piola Pizzeria, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana, os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba, e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de uma cozinha de excelência, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e dos bons serviços prestados em ambiente moderno e nada convencional, contrastando com a casa quase centenária, de fachada rústica, fazendo um mix perfeito.

REQUERIMENTO Nº 3556

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Engenheiro Agrônomo Paulo Renato Taschetto.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Engenheiro Agrônomo Paulo Renato Taschetto, Ouvidor e Gerente de Desenvolvimento de Pessoas da EMATER/PR, onde contribui de forma educativa e participativa, para o desenvolvimento rural sustentável e para a promoção da cidadania e da qualidade de vida da população do campo, definindo como prioridade do serviço oficial de extensão, o atendimento ao agricultor familiar, ao trabalhador rural, ao pescador artesanal, ao jovem e a mulher que mora no meio campestre.

REQUERIMENTO Nº 3557

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Sidney Barros Monteiro.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Sidney Barros Monteiro, Gerente Regional de Santo Antônio da Platina da EMATER/PR, onde contribui de forma educativa e participativa, para o desenvolvimento rural sustentável e para a promoção da cidadania e da qualidade de vida da população do campo, definindo como prioridade do serviço oficial de extensão, o atendimento ao agricultor familiar, ao trabalhador rural, ao pescador artesanal, ao jovem e a mulher que mora no meio campestre.

REQUERIMENTO Nº 3558

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Lizabeti F. F. Pauperio.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Lizabeti F. F. Pauperio, Gerente Regional de Paranaguá da EMATER/PR, onde contribui de forma educativa e participativa, para o desenvolvimento rural sustentável e para a promoção da cidadania e da qualidade de vida da população do campo, definindo como prioridade do serviço oficial de extensão, o atendimento ao agricultor familiar, ao trabalhador rural, ao pescador artesanal, ao jovem e a mulher que mora no meio campestre.

REQUERIMENTO Nº 3558

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Mary Stela Bischof.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Mary Stela Bischof, Gerente Regional de Curitiba da EMATER/PR, onde contribui de forma educativa e participativa, para o desenvolvimento rural sustentável e para a promoção da cidadania e da qualidade de vida da população do campo, definindo como prioridade do serviço oficial de extensão, o atendimento ao agricultor familiar, ao trabalhador rural, ao pescador artesanal, ao jovem e a mulher que moram no meio campestre.

REQUERIMENTO Nº 3540

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sr. Kleber Geraldo Vieira.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sr. Kleber Geraldo Vieira, Gerente Regional de Cornélio Procopio da EMATER/PR,

onde contribui de forma educativa e participativa, para o desenvolvimento rural sustentável e para a promoção da cidadania e da qualidade de vida da população do campo, definindo como prioridade do serviço oficial de extensão, o atendimento ao agricultor familiar, ao trabalhador rural, ao pescador artesanal, ao jovem e a mulher que moram no meio campesino.

REQUERIMENTO N° 3586

Senhor Presidente:

Em atendimento ao parágrafo 1º, inciso V do artigo 131 do Regimento Interno a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o envio de felicitações à Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado do Paraná - FETAEP, à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil FETRAF-SUL e ao Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, pela passagem do Dia do Colono e Dia do Agricultor, a serem comemorados nos próximos dias 25 e 28 de julho, respectivamente.

Os produtores rurais, colonos e agricultores, em especial da agricultura familiar são os grandes responsáveis pela produção de alimentos, emprego e renda em nosso País. Mulheres, homens e jovens que dia após dia, ano após ano, enfrentando todas as diversidades, cultivando suas terras, produzindo, gerando emprego, riquezas e excedentes exportáveis, vão construindo, em silêncio, a grandeza deste nosso País. Sem dúvida alguma, o Brasil deve grande parte de sua prosperidade ao produtor. Nada mais justo, portanto aproveitar esta oportunidade para reverenciar aqueles que se dedicam ao cultivo da terra.

O movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massa, autônomo, de luta permanente, cuja base são os grupos de família organizados é um movimento que objetiva produzir comida saudável para o auto consumo e alimento do País e que busca o resgate da identidade e da cultura camponesa, respeitando as diversidades regionais.

A passagem do Dia do Colono, comemora em 25 de julho, e do Dia do Agricultor, comemorado em 28 de julho é motivo de reconhecimento da importância destas famílias paranaense que produzem grande parte da riqueza de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

REQUERIMENTO N° 3553

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Secretário de Estado da Saúde, Gilberto Martin, solicitando a liberação de uma ambulância para o Município de Lindoeste.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Vereadora de Lindoeste, Neiva Roman, informa por meio de ofício que a necessidade da ambulância é urgente para auxiliar o atendimento da população no Hospital Municipal de Lindoeste, além de prestar atendimento a pessoas que sofrem acidentes na PR-163 entre os Municípios de Cascavel e Capitão Leônidas Marques. Devido a essas demandas o Município fica carente de mais um veículo para dar suporte à população.

Na oportunidade, renovo protestos de estima e consideração.

REQUERIMENTO N° 3556

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Secretário Chefe da Casa Militar, Washington Alves da Rosa, solicitando a liberação de uma ambulância para o Município de Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura de Cruzeiro do Oeste expressa a necessidade urgente de receber uma ambulância para amparar o quadro de atendimentos à população. Por isso, segundo informações da Prefeitura, pede que o Município seja contemplado entre as 40 ambulâncias novas que estão sendo licitadas para a Defesa Civil do Estado.

Conto com vossa atenção nessa solicitação, na oportunidade em que renovo protestos de estima e consideração.

Requer também que seja encaminhada uma cópia do referido documento aos cuidados do Exigentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião.

REQUERIMENTO N° 3559

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando a liberação de uma Patrulha Escolar Comunitária para o Município de Piraí do Sul.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Câmara de Vereadores de Piraí do Sul manifestou a necessidade de garantir a segurança dos alunos e das escolas do Município, por isso pede urgência da aquisição de uma Patrulha Escolar Comunitária. Conforme prevê o projeto do Governo do Estado, a Patrulha Escolar auxilia a Polícia Militar do Paraná em garantir a segurança das comunidades escolares na busca de soluções para os problemas de segurança encontrados nas escolas, abrangendo a segurança dos alunos, professores, funcionários e instalações dos estabelecimentos.

Na oportunidade, renovo protesto de estima e consideração.

REQUERIMENTO N° 3518

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o Plenário, REQUER, seja enviado expediente ao Secretário de Estado de Segurança Pública para priorizar, em regime de urgência, a construção de um novo prédio para abrigar a 47ª Delegacia da Polícia Civil e também uma nova unidade prisional na Cidade de Marechal Cândido Rondon, pelas razões e motivos adiante elecandos na justificativa deste requerimento.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

a) A construção das unidades referidas, neste documento, são necessidades de muitos anos, porque as edificações existentes - delegacia de polícia e cadeia pública - não mais oferecem condições para atender a demanda dos serviços de segurança pública locais, que aumentam cada vez mais em consequência do crescimento populacional da Cidade.

b) Em especial, em relação a cadeia pública, existe um quadro permanente de apreensão de que, a qualquer momento, pode acontecer uma situação incontrolável, dada a deterioração do concreto - é uma construção bastante antiga - e o tamanho diminuto da unidade - foi edificada para abrigar, no máximo, 18 detentos. Mas, nos últimos anos, houveram meses em que o número de detentos, nesse pequeno espaço, passou de 70 indivíduos. O que é uma condição desumana, senão também inadmissível e de riscos enormes à segurança.

c) Com o comprometimento estrutural da cadeia, com o concreto "podre", são constantes as fugas de presos. E 2007 foram sete fugas, nas datas de 05/03, 24/04, 18/06, 03/09 e 29/11.

Com alguns remendos feitos na cadeia, em 2008, ocorreu uma única fuga. Contudo, como esses remendos são paliativos e de curta duração, neste ano de 2009, já ocorreram quatro fugas, nos dias 06/03, 22/03, 13/05 e 15/06 e tantas outras tentativas de fugas, como a que foi frustrada na data de ontem. E fica a pergunta: quantas fugas e tentativas ainda vão ocorrer até o final do ano se seguir essa média?

d) Junto ao presente requerimento recortes de jornais (O Presente, de Marechal Cândido Rondon, e O Paraná, da Cidade Cascavel) que tratam e acrescentam mais detalhes sobre o que acabei de relatar.

Por essas razões, Sr. Presidente, que formulo o presente requerimento.

REQUERIMENTO N° 3568

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da SUDERHSA, João Samek, solicitando a perfuração de um poço artesianos para a Associação dos Produtores Rurais.

A Associação dos Produtores Rurais que são beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário do Ministério do Desenvolvimento Agrário, localiza-se em terreno que não possui água, por isso a urgência no atendimento aos Produtores.

O presente requerimento vem demonstrar que o Parlamento paranaense entende necessidade do atendimento a uma demanda fundamental para a produção e o mínimo conforto desta entidade.

Do aprovado requer, ainda, cópia do presente requerimento a Associação dos Produtores Rurais Alto Alegre, em Londrina.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO N° 3571

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, Nelson Garcia, solicitando a construção de uma cozinha para as agricultoras da Associação dos Produtores Rurais de Alto Alegre.

A construção da cozinha justifica-se para que as produtoras rurais possam beneficiar sua produção, tendo em vista que a maioria delas realizou cursos de Culinária oferecidos pelo SENAR e, com esta melhor infraestrutura, terão meios para aumentar as respectivas rendas familiares.

O presente requerimento vem demonstrar que o Parlamento paranaense entende necessidade do atendimento a uma demanda fundamental para a produção e o mínimo conforto desta entidade.

Do aprovado requer, ainda, cópia do presente requerimento a Associação dos Produtores Rurais Alto Alegre, em Londrina.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO N° 3574

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Carlos Augusto Hoffmann, solicitando a implantação no Município de Cambé, de uma Vara especializada no atendimento de casos de violência contra a mulher.

Esse procedimento tem se mostrado eficaz nas regiões onde ocorreu a implantação de um órgão especializado, conforme modelo adotado em outras unidades da Federação.

O presente requerimento vem demonstrar que o Parlamento paranaense entende necessidade de maior amparo a essa população, especificamente na região de Cambé.

Do aprovado requer, ainda, cópia do presente requerimento ao Presidente da Câmara de Cambé, em Londrina.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO N° 3579

Senhor Presidente:

O Bancada do Partido dos Trabalhadores, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, vem REQUERER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado o presente requerimento ao Exmo. Governador, Sr. Roberto Requião, requerendo que mantenha em funcionamento os centros educacionais infantis que atendem filhos de servidores de diversos órgãos públicos do Estado

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(aa) PÉRICLES DE MELLO, LUCIANA RAFAGNIN, PROFESSOR LEMOS, TADEU VENERI e ELTON WELTER.

JUSTIFICATIVA:

Os Deputados da Bancada do Partido dos Trabalhadores, atendendo ao apelo de diversas entidades pedindo intermediar perante o Governador do Estado no sentido de manter as creches/pré-escolas que atendem as crianças, filhos de servidores públicos, que prestam relevantes serviços aos funcionários que usam estes centros, conforme documentos anexos, solicitam encaminhar o requerimento ao Poder Executivo.

REQUERIMENTO N° 3541

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, valendo-se de suas competências regimentais, SOLICITA INFORMAÇÕES, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, REQUER, que seja enviado expediente ao Sr. Secretário do Estado de Segurança pública, para que este através de seus órgãos competentes, forneça as seguintes informações:

1 - Quantos presos e detidos existem no Estado do Paraná?

2 - Quantas vagas em prisões, em casas de detenções, minipresídios, em delegacia e afins, de competência desta Secretaria de Estado, existem no Paraná?

3 - Quantos são os locais para prisão/detenção, como quartéis, delegacias, cadeias públicas e presídios existentes no Estado? Especificar com os respectivos Municípios.

4 - Qual o contingente de policiais civis no Estado?

5 - Qual o contingente de policiais militares no Estado?

6 - Qual o contingente de policiais civis e militares por Município?

7 - Quantos policiais civis e militares desenvolvem atividades exclusivamente administrativas?

8 - Existe, no Estado, o desenvolvimento de políticas de inteligência da polícia? Em caso positivo, quantas turmas contendo quantas pessoas e a quem é ministrado tal tema?

9 - Informar os índices oficiais sobre a criminalidade no Estado.

10 - Informar especificamente os índices de homicídio no Estado dos últimos 04 (quatro) anos.

11 - Informar as estatísticas dos últimos 04 (quatro) anos quanto a registro de Boletins de Ocorrência.

12 - Informações detalhadas do número de policiais que faziam o patrulhamento nas rodovias federais e onde serão alocados a partir da decisão judicial que determinou a fiscalização nessas rodovias pela Polícia Federal.

13 - Informações sobre a possibilidade de esse efetivo ser disponibilizado para reforçar a segurança nas Cidades, tendo em vista o elevado déficit de policiais nas áreas urbanas.

Diante do presente, certo de que com respeito à atuação deste Parlamentar, receberemos o quanto antes as respostas necessárias ao esclarecimento da questão.

Ainda aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO N° 3577

Senhor Presidente:

As Deputadas que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de pedido de informações à Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon, Secretária de Estado da Administração:

Em virtude de diversas reclamações recebidas de servidores públicos do Estado do Paraná em relação às Creches/Pré-Escolas que prestam atendimento aos filhos destes servidores, em funcionamento há mais de duas décadas: 1 - CEI Arco Iris (Curitiba - Bairro Cabral); 2 - CEI Pequeno Iapar (Londrina), ambas mantidas com subvenção social do Governo do Estado/SEAB; 3 - CEI Pequeno Rodoviário, mantida com a subvenção social do Governo do Estado/DER; 4 - CEI Castelo do Bosque, mantida com a subvenção social do Governo do Estado/SEAP; 5 - CEI Espaço da Criança, mantida com a Subvenção Social do Governo do Estado/CELEPAR; que deverão fechar no próximo semestre devido à falta de repasse de verba, a título de subvenção social pelo Governo do Estado.

Informar a esta Casa:

- qual o motivo do não repasse;

- existe previsão do Governo do Estado para normalização de tal situação?

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(aa) ROSANE FERREIRA, LUCIANA RAFAGNIN, CIDA BORGHETTI e BETI PAVIN

REQUERIMENTO N° 3582

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário

de Estado dos Transportes e Diretor do Departamento de Estradas, Dr. Rogério Tizzot, informar, a partir do ano de 2003, quais os trabalhos vem sendo desenvolvidos pelo DER no sentido de recuperar as estradas estaduais, identificando as obras já concluídas, quais estão em fase de execução e quais ainda deverão ser iniciadas. Informar também quais as respectivas rodovias, trechos e as datas de início, de término ou a previsão de conclusão da cada uma das obras.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(aa) MARCELO RANGEL, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO e ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3583

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Tizzot, e ao Diretor-Presidente da FERROESTE Sr. Samuel Gomes, a prestação de informações conforme segue:

a) Quais os investimentos realizados pela FERROESTE após reassumir a administração da ferrovia? Especificar os investimentos procedidos (obras, frota, maquinários e demais ativos) e respectivos valores.

b) Qual o volume transportado pela FERROESTE entre os anos de 2004 e 2008?

c) Qual a frota, de locomotivas e vagões, estabelecida no Edital de Concessão da ferrovia? Juntar cópia do respectivo Edital publicado em Diário Oficial.

d) Qual a frota de locomotivas e vagões atualmente em circulação na ferrovia? Quais as características das locomotivas e dos vagões em circulação? Estes equipamentos são de propriedade da FERROESTE ou são alugados de terceiros?

e) Qual o custo, por tonelada, do transporte e grãos e cargas frigorificadas, praticados pela FERROESTE no trecho Cascavel-Paranaguá?

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(aa) ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, MARCELO RANGEL, VALDIR ROSSONI e RENI PEREIRA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 357/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada Professor José Hiran Sallée a Usina do Conhecimento de Maringá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

José Hiran Sallée faleceu em 16/01/09.

Graduou-se em Letras/Português e Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP).

Radicou-se em Maringá, onde construiu respeitável carreira profissional. Foi professor da Universidade Estadual de Maringá - UEM; membro do colegiado do Curso de Direito da UEM; Diretor do Colégio Estadual Gastão Vidigal; Inspetor Regional de Ensino; Secretário Municipal de Educação e Secretário Municipal de Cultura e Turismo.

A notável trajetória profissional do Professor Hiran Sallée marcou positivamente a história da educação no Município.

PROJETO DE LEI Nº 358/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 8º da Lei nº 16135, de 24/06/09, publicada no DOE nº 7998 de 24/06/09, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º Não se aplicam os dispositivos da presente lei às entidades filantrópicas que utilizem telemarketing para angariar recursos próprios, às empresas jornalísticas e de pesquisas de opinião pública.”

Art. 2º Os demais artigos permanecem inalterados.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por objetivo alterar o artigo 8º da Lei nº 16135 de 24/06/09, que cria o cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing e dá outras providências, a fim de que sejam excluídos da restrição, além das entidades filantrópicas, os veículos de comunicação social e pesquisas de opinião pública.

No tocante aos veículos de comunicação social e de pesquisas de opinião pública, a proposta visa atender o disposto no artigo 220 da Constituição Federal, que dispõe:

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º - Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no artigo 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

...

Saliente-se que a exclusão destas entidades foi inspirada em exceção semelhante implementada nos Estados Unidos da América, onde também há a possibilidade de bloqueio de linha telefônicas para chamadas de telemarketing ativo, não sendo aplicável às pesquisas de opinião pública, campanhas políticas e instituições de caridade, sendo que no Brasil também outros Estados contemplaram estas exclusões, como São paulo e Rio Grande do Sul, por exemplo.

O que se pretende com a vigência desta lei é permitir que os consumidores tenham a possibilidade de escolha entre receber ou não uma ligação de vendas, e não afrontar a Constituição Federal, no que concerne aos meios de comunicação e as pesquisas de opinião pública, essenciais para preservação do Estado Democrático de Direito.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 359/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária de Esportes e Lazer Cachoeira da Saudade - ACELCAS, com sede no Município de Roncador e foro no Município de Iretama.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária de Esportes e Lazer Cachoeira da Saudade - ACELCAS, é entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo promover ações de caráter social junto à comunidade menos favorecida, permitindo o acesso à educação, à cultura, ao desporto, à comunicação social, ao meio ambiente, à saúde, à garantia da qualidade de vida e de moradia de todos os seus associados.

A ACELCAS visa propiciar aos seus associados e respectivos familiares uma possibilidade de esporte e lazer, sem qualquer ônus, a partir das atividades no campo da ordem social, cultura e lazer que assegurem o bem estar e a justiça social a todos, sem qualquer preconceito ou qualquer outra forma de discriminação, uma vez que está pautada em princípios de impessoalidade, legalidade, eficiência e ética.

Para que a Associação Comunitária de Esportes e Lazer Cachoeira da Saudade - ACELCAS possa se fortalecer e alcançar os objetivos estabelecidos em seu estatuto é necessário, também, que esta Assembleia Legislativa institua a ela a utilidade pública estadual.

Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os Pares desta Casa de Leis.

Pequeno Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Passa-se ao horário do Pequeno Expediente. Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti, demais Deputados presentes, visitantes e paranaenses que acompanham as Sessões da Assembleia Legislativa, através da Rede MERCOSUL e também da TV SINAL.

É sempre um ato prazeroso poder ter uma comunicação parlamentar com os cidadãos. Pessoas das mais diferentes Cidades do Paraná têm mandado e-mails, que é o instrumento mais fácil de comunicação, para quem tem computador e internet. Fico muito feliz a cada e-mail que recebo, com sugestões e ideias de pessoas do nosso Paraná, trazendo uma grande contribuição para o nosso trabalho parlamentar.

Tenho aqui da Mariele que diz:

Deputado Belinati, sou uma aluna matriculada na 3ª série do ensino médio e gostaria de ter a vossa presença na nossa formatura. Sou a presidente da comissão de formandos e estou lhe convidando para ser o nosso padrinho. Todos os alunos ficariam felizes com a vossa presença. A formatura será realizada no dia 18 de dezembro. Obrigado pela sua atenção.

Esse é um convite carinhoso que nos honra e devemos expressar essa gratidão àqueles que depois de alguns anos estudando chegam ao clímax, ao grande momento da sua formatura.

Um e-mail da Regina Ramos, que diz:

Morreu um grande homem deste Paraná, o Desembargador Dr. Stasiak, que faleceu aos 92 anos de idade.

Eu tive uma experiência com esse homem, que em 1982 foi eleito Deputado. Foram contados os meus votos e na hora de passar no mapa, Deputado Dobrandino, passaram para um outro, aqui, em Curitiba. Fui eleito Deputado, contaram os meus votos. Fui eleito pelo povo e voltei para casa derrotado. Tive que gastar dinheiro com advogado, fui para Brasília. Foi o primeiro caso na história do Brasil.

Sou cliente da Justiça Federal, já sou freguês velho. Roubaram a minha eleição, em 1982. Fiquei um ano em Brasília, batalhando para reabrir as urnas. Elas foram abertas e os votos que reclamei estavam nas urnas. O povo votou e me elegeu Deputado. Quem estava trabalhando na apuração da eleição contava os votos direitinho. O pessoal da nossa fiscalização não olhava se o voto estava sendo lançado no mapa. No primeiro julgamento que houve aqui no Paraná, para se abrir ou não a urna, o Desembargador Stasiak, que acaba de falecer, foi o único que teve a coragem de votar para que a urna fosse aberta. Mais tarde voltou para julgamento no Paraná novamente.

Tivemos outro voto de um grande brasileiro aposentado na Justiça, Dr. Milton Luiz, ex-Prefeito de Campo Mourão, que depois foi ser Ministro do Superior Tribunal de Justiça, e então, no final, em Brasília, nós vencemos a parada. Nós estávamos eleitos. Como é triste ganhar uma eleição e a Justiça Eleitoral tirar o nosso mandato no mapeamento!

Então, a minha homenagem a este grande homem que deu uma lição de coragem, de sabedoria, como semeador da justiça. Que descanse em paz o nosso querido Desembargador Stasiak.

Temos do professor Nelton:

Deputado Belinati, primeiramente parabenizar V. Exa. por estar sempre presente nas discussões das lutas das diversas classes trabalhistas deste Estado. Gostaria de sua cooperação junto a esta Casa de Leis para que fosse aprovado o projeto de lei onde os professores que trabalharam para o Estado...

(Término do horário)

Passa a usar o horário do Grande Expediente

...então, eles trabalharam como PSS, o Processo Seletivo Simplificado, devido a falta de vagas suficientes nos concursos para professores em 2003, para que esse tempo de serviço prestado como professores PSS fossem contados agora, para os professores que passaram no concurso de 2007, como efetivos, ou seja, contados como tempo de serviço para elevação de nível salarial e estágio probatório. Ora, somos todos professores. Não é o nível que nos define.

Então, está aqui, vou apresentar um projeto de lei para corrigir uma grande injustiça que está sendo praticada contra esses professores. Vamos depender da compreensão dos nobres Deputados dos vários partidos, da CCJ e, acima de tudo também, do Governador, a quem cabe sancionar ou vetar as matérias aprovadas nesta Casa. Precisamos corrigir esta injustiça contra os professores.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Só ressaltar a importância desse projeto que tecnicamente já existe, Deputado, dentro da Secretaria da Educação, é uma discussão que temos há cerca de dois anos com a própria Secretaria, tentando não só incluir os funcionários, os professores, todos os contratados do Estado, dentro do tempo de serviço para incluírem na sua aposentadoria.

Realmente, esse e-mail que o senhor recebeu, reforça tudo que estamos estudando, dependendo, única e exclusivamente, de uma autorização da Secretaria da Administração, para que possamos incluir neste momento 13 mil professores dentro do PSS. O projeto já existe...

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Agora eu pergunto: por que não sai essa autorização? Leva 40 segundos para a Secretaria bater no computador e assinar. Está autorizado o resolve o problema de 13 mil professores. Multiplicado por três ou quatro pessoas na família, dá umas 40 mil pessoas que seriam beneficiadas nessa autorização. É uma pena essa demora.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

É influencia na questão dos resgates, na questão dos fundos entre FGTS, INSS e tantos outros fundos que influenciam financeiramente o Estado. E como são professores contratados por período certo, de começo, meio e fim de contrato, o Governo tem dificuldade para incluir, daí sim, um desconto que favoreça os professores.

É um problema constitucional, Deputado Belinati. Estamos discutindo isso, já tentamos quando mudamos a hora atividade, que passamos de zero para 20, agora temos até professores especiais no PDE, mas que é uma missão que temos, que vai onerar o Estado mais ou menos em uns 3 milhões a 4 milhões a mais, por mês, se fizermos isto de imediato.

O Governador está ciente disso...

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Mas então depende de autorização da Secretaria da Administração.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Da Administração, juntamente com a Secretaria da Educação. São duas Secretarias que têm que entrar em sintonia e também termos recursos, dentro do Fundo Estadual de Educação, para que possamos incluir esses professores e também outros funcionários que têm permanência já inscrita de começo, meio e fim de contrato. No máximo em dois anos.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, nobre Deputado. Mas, o Governador Requião podia apressar esse bonde que está andando muito devagar. Imagino a alegria, a felicidade dos professores se o Governador mandasse pagar. As providências legais e o pagamento.

Como também nesta Casa de Leis, o pessoal que trabalha para empresa terceirizada aqui, é uma vergonha. Nós fazemos a lei, votamos um salário-mínimo regional para o Paraná, e a empresa que coloca os funcionários terceirizados nesta Casa não está pagando nem o salário-mínimo. O pessoal trabalha nos vários departamentos da Assembléia Legislativa. Vi holerites de R\$ 480, quer dizer, na nossa cara há uma afronta à lei. Fazemos a lei, o empresário que não parar é punido, mas dentro deste prédio, que é a Casa do Povo, há uma afronta. Os homens e mulheres que estão aqui uniformizados, a empresa que está prestando serviço aqui na Assembleia deveria respeitar a lei que foi aprovada por esta Casa e pagar o que esses funcionários têm direito.

Aliás, como também, Deputada Cida Borghetti, vamos entrar de férias. Esta semana a Assembleia encerra suas atividades. Volta em agosto. E muitos servidores da Assembléia vão voltar cabisbaixos para casa porque a famosa URV, já determinada pela Justiça tem que ser paga, não é paga.

Nós fazemos lei para garantir vantagem salarial para o Ministério Público, para o Tribunal de Justiça, para o Executivo, e para os nossos funcionários aqui, uma banana, uma humilhação! Os demais já pagaram e nada de fazer cumprir a lei, não é caridade! Precisamos acabar com essa história humilhante. Um funcionário, às vezes, tem que tomar remédio para dormir, que está endividado até o pescoço, com financeira, com agiota e tem o direito de receber e não é pago. Dentro desta Casa de Leis. A nossa solidariedade a esses valorosos servidores.

Do dentista de Londrina, Dr. Paulo Sartori: ele me cumprimenta pelo projeto que apresentamos, com mais Parlamentares e o próprio Executivo, garantindo, prorrogando a licença-maternidade para a mãe servidora.

O aleitamento materno é importante. Depende agora só de ser publicada no Diário Oficial. É importante para o crescimento da criança. Muito obrigado.

Temos outro e-mail, do Osvaldir Gomes, de Londrina, me convidando para visitar a lanchonete Barracão, e faz algumas reivindicações para a zona norte. É um grande líder comunitário. Maior liderança na zona norte de Londrina.

Temos o Professor José Barbosa Santos, também reivindicando o direito para os professores, e temos a movimentação das creches que devem fechar por falta de apoio do Governador Requião.

O Governador está terminando o seu mandato. Felizmente tem algumas coisas boas que ele realizou, mas tem outros pontos que temos que tecer críticas. O seu projeto, por exemplo, de tirar o emprego de mais de 6 mil e 500 vigilantes que trabalham guardando prédios públicos. O Requião quer demitir os vigilantes e colocar no lugar deles policiais aposentados, da reserva remunerada. Esses policiais poderiam ser trazidos de volta para a Polícia Militar, para combater a criminalidade, e os vigilantes que dependem desse emprego deveriam continuar trabalhando, prestando seu serviço como vêm prestando, porque se o Estado romper o contrato com as empresas terceirizadas, esses vigilantes serão jogados no olho da rua. Na crise que o mundo está atravessando, com certeza eles não encontrarão outro posto de trabalho com facilidade, não! A nossa solidariedade a eles, como também a nossa solidariedade ao movimento, ao comando de greve dos servidores da Previdência Social, que continuam com dificuldade para fazer o Governo Federal, de Brasília, manter o compromisso, honrar a sua palavra de manter 30 horas semanais para os servidores da Previdência Social.

No caso da creche para as crianças, cuja mãe ou pai, porque às vezes é o pai que cuida da criança, eu fico imaginando a creche sendo fechada. Como é que estes servidores vão fazer para poder desempenhar o seu trabalho profissional?

Então, tem algumas medidas desumanas que não podemos concordar que o Governo do Paraná promova: tirar o emprego do vigilante de um lado, do outro lado não repassar a verba para esses seis centros integrados, as creches. Isso vai trazer um transtorno muito grande. Na minha visão, creche não se fecha, não se fecha escola, não se fecha posto de saúde, não se fecha hospital! Temos que pensar, cada vez mais, em construir mais escolas, mais hospitais, mais UTIs, mais pronto-socorros, mais creches para todos!

Deputado Augustinho Zucchi, há um clima de total apreensão que vivem as famílias que têm crianças nessas creches. Deputado Romanelli, não precisa correr, vamos com calma, correr apenas para resolver depressa o problema!

Quero aqui, Sr. Presidente render a nossa solidariedade, pedir que Deus toque o coração do Governador Roberto Requião! Governador, não tome essa medida, o senhor está no fim do mandato, registre para a história atos humanitários, atos bons! Como é que vamos falar aqui que é um ato bom tirar o emprego de vigilante? Como é que vamos falar que é um ato bom do Governador Requião tirar a verba da creche e deixar a criança sem creche? Curitiba deve ter hoje, pelo menos, umas 30 mil crianças que não estão frequentando creche porque não há vaga para todas as crianças. Vamos provocar, quem sabe, até o fechamento das escolas que estão atendendo as crianças, filhos de servidores públicos. Está errado! É um ato desumano, anticristão!

O nosso apelo ao Governador Roberto Requião: feche com chave de ouro o seu Governo, vá mantendo abertas e com verbas essas creches tão importantes. Criança não vota, mas merece o maior amor do mundo!

Obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, se V. Exa. me permitir, gostaria de fazer um comunicado à Casa e ao povo do Paraná: o falecimento do conceituado arquiteto Júlio Pechmann. Ele será sepultado agora, às 15h30, no Cemitério Santa Cândida.

Júlio Pechmann foi um trabalhador incansável para a arquitetura de Curitiba, do Paraná e do Brasil, um homem dedicado ao trabalho, um homem que deixa a marca de um cidadão que muito fez pela arquitetura, pela engenharia e pela arte do nosso Estado. É com profundo pesar que quero anunciar à Casa o passamento do nosso querido amigo, professor, Dr. Júlio Pechmann.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado a V. Exa. pelo comunicado, e nossas profundas condolências à família.

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Roque.

Deputado Mário Roque (PMDB)

O SR. MÁRIO ROQUE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Como todos sabem através da imprensa, aconteceu novamente um acidente em Paranaguá no terminal de álcool. Eu que estive na reunião do PT com o PMDB, fui chamado e às 11h30 da noite o pessoal estava na rua abandonado, e hoje pela manhã estavam fazendo manifestações. Não podemos aceitar que o pessoal continue morando ali, com o terminal funcionando. Nada de COHAPAR, nada de indenizações para um e casa para outro. O povo quer o seguinte: querem o terreno. Dá a verba e eles constroem a casa imediatamente. É uma vergonha o que está acontecendo com aquele pessoal da Becker, do Canal do Anhaia, tem que ser retirado urgentemente.

Há um Vereador, o Edu, que está indo ao Ministério Público, para que sejam tomadas as providências. Eu sou um homem de partido, fiel ao meu partido, e ter que vir dizer essas desgraças.

Ao mesmo tempo, hoje pela manhã recebi um telefonema dizendo que o Prefeito Baka estava na “escolinha” todo bonitinho, rindo, e que iria receber alguma coisa. Eu pensei que o porto iria pagar o ISS, que o Prefeito fosse pedir as casas da Becker, que fosse me ajudar na retirada da cadeia, que ele fosse pedir uma melhoria no hospital, que fosse pedir carga geral no porto de Paranaguá para os trabalhadores que estão desempregados. Não. Ele foi receber um aquário, para Paranaguá, pago pela Catalina, conceituada empresa de Paranaguá que não foi multada pelo acidente do Vicuña, mas foi obrigada a dar R\$ 8 milhões para a construção desse aquário em plena praça de eventos, aquela maravilha no centro histórico.

E mais ainda, dizer que o pessoal do Canal da Anhaia precisa urgentemente sair dali. A Catalina devia mandar esses 8 milhões para o porto, para consertar os tanques do porto, do terminal de álcool, senão esse pessoal acaba morrendo.

Esse terminal foi construído pelo Ogarito e pelo Eduardo Requião, naquelas velhas jogadinhas, e que aquilo está impraticável, tomara que este aquário não seja construído pelo Ogarito e pelo Eduardo Requião, que ainda manda recados lá de Brasília onde se esconde. Senão morrem afogados os traíras e os bagres ensaboados como...(inaudível).

O Prefeito dizendo ao Governador: “Vamos fazer o aquário para que possamos por lá dentro os traíras”. E o Governador dizia: “E ao mesmo tempo viraram bagres ensaboados.” Quer dizer, o Prefeito andou com Osmar Dias, criticou o Governador, não recebeu o ISS, teve uma intervenção. O Governador não paga o ISS. E naquela mistura de coisas há risos, abraços e beijos. Eu morro e não vejo tudo.

Pedir desculpas, ou perdoar por uma questão política, isso é normal. Agora, chegar no final de uma Sessão, que o povo do Paraná e principalmente o povo do Litoral assiste o Prefeito dizer: “No aquário era para pôr as traíras

que havia lá embaixo”, e depois o Governador dizendo: “Depois viram bagres ensaboados”. Não entendo como isso pode ser!

É bom que não sejam usados o Ogarito e o Eduardo, senão os traíras e os bagres vão morrer não afogados, vão morrer por falta de oxigênio, porque a água vai sumir. Porque aquilo que está lá é uma vergonha.

Sr. Governador, sou morador de lá, sou homem de partido, estou no apoio do PMDB, mas não posso me calar, é a voz do Litoral, é de lá. É isso que precisamos mostrar ao Governador, a esta Casa, a quem de direito, que nós, lá em baixo, precisamos de apoio. Não adianta o Greca, com aquele jeitão de pôr a mão atrás das costas: “Tem uma casinha aqui que vamos fazer.”

Não vai fazer nada! Tem que dar o dinheiro para esse povo, valoriza por metro quadrado: o senhor tem uma casa, o senhor vai levar R\$ 25 mil; o senhor vai levar 40, aquele que tem um supermercado. Dá o dinheiro! Eles querem o dinheiro, querem a verba para irem embora! Eles estão com medo de ficar ali. Eles não querem o dinheiro para gastar. Eles não querem mais a casa, porque essa casa, pela COHAPAR... acho que é assim, que o Governador tem que voltar atrás. Tire esse negócio da COHAPAR. O porto, que não pode pagar, e não quer pagar o ISS, já são 30 milhões! Tire 5 milhões e mande fazer casas de R\$ 25 mil, de 40, de 80, e dê na mão do povo, que eles sabem onde dá para construir essas casas.

É isso que trazemos aqui: a nossa intranquilidade, a intranquilidade do povo. Nunca querendo denegrir a imagem do Governo, que fez muitas coisas. Como disse o Belinati: O Governador fez muita coisa bem feita, mas está mal assessorado.

A cadeia tem que sair dali, o hospital tem que melhorar, tudo tem que melhorar em Paranaguá. Carga geral para os trabalhadores. Tirar o pessoal da Becker. É isso que nós precisamos.

E aquário é muito bom. mas deixe o aquário para depois! Pegue esse dinheiro e tire o pessoal de lá! Pegue dinheiro da Catalina, essa empresa que merece respeito em Paranaguá. Essa empresa que tem os seus tanques sem vazamento e do lado tem aquele terminal com vazamento, feito pelo Eduardo Requião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Elio Rusch com a palavra.

(**Declina**)

Deputado Jocelito Canto com a palavra.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Quero tratar hoje de um tema que acabamos de tratar na CCJ, agora há pouco. Dois temas nos chamaram a atenção na CCJ: essa questão dos títulos Pobres lá de

Alagoas, que está na pauta de hoje e que vamos votar; e vamos tratar também de recursos que serão liberados para a Agência de Fomento do Estado, que trata de investimentos nos pequenos comerciantes e que precisam gerar emprego. Vamos que tudo que têm acontecido ao longo dos anos, começamos a ver o prejuízo aqui.

Deputado Tadeu Veneri, V. Exa. que estava lá na CCJ, o prejuízo que o BANESTADO deu a este Estado é muito grande.

Sei que tem algumas pessoas que não querem que trate desse tema, mas acho importante falarmos, porque esse tema está presente na Ordem do Dia de hoje, quando vamos votar para receber os títulos pobres do Governo de Alagoas, que o Estado comprou aquela má negociação, quando se vendeu e privatizou o BANESTADO.

A partir de hoje, não vou mais chamar esse pessoal de ladrão, como vinha chamando, pega mal. Quando é um pobre podemos chamar de ladrão, quando rouba galinha, coisinha pequena, continuamos chamando de ladrão. Mas vamos a partir de hoje instituir aqui, para não machucar ninguém, até porque acho que fica mais delicado para o Parlamento, vamos começar a chamá-los de supostos ladrões. Vamos chamá-los de ladrões em tese. Vamos trocar um pouco o linguajar, para ficar mais discutível, mais simpático, menos agressivo.

Tem pessoas que quando falo em ladrões, já vi gente por aí tremendo.

Vamos mudar, a partir de hoje, falamos em supostos ladrões, como gosta o Ministério Público, e ladrões e tese.

O Deputado Neivo Beraldin, hoje me presenteia com uma relíquia. Isso é uma relíquia, eu nunca tinha visto na minha vida. O Deputado me entregou, há dois anos, uma cópia de uma auditoria promovida pelo Banco Central nas contas do Banco do Estado do Paraná. Fiquei assustado! Nesse documento encontro um pedido do Ministério Público, datado em 11 de dezembro de 2000. Nesse documento o promotor de Justiça, Dr. Mateus Eduardo Siqueira Nunes, diz ao Sr. Ronald, Diretor Executivo do Banestado - sei que tem gente que não quer. Tem gente por aí usando o caixa dois da política. Caixa dois é quando, na política, alguém pede para o amigo ferar o outro. Tem influência vai ali no Poder e diz: "Vamos pegar o cara e vamos ferrá-lo, está falando demais." O caixa dois está operando neste momento.

O caixa dois da polícia é o amigo que pede para o amigo, Deputado Dobrandino: "Pega o Deputado e enterra, manda condenar o Dobrandino".

Haverá um dia que estarei nesta Casa aqui podendo falar mais detalhes.

O documento que o Ministério Público fez em 2000.

(Lê):

Vimos pelo presente para, com fundamento no artigo 26, II, da Lei n° 8625/93, bem como no artigo 8°, 1°, da Lei Federal n° 7347/85, requisitar no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a fim de instruir os Autos de Inquérito Civil n° 137/00, em trâmite nesta Promotoria de Justiça, as seguintes informações e documentos:

a) o montante dos gastos com propaganda, realizados pelo BANESTADO no ano de 1998;

b) a comprovação desses gastos com propaganda, mediante os documentos concernentes (contratos, recibos, etc.);

c) o nome e qualificação dos agentes do BANESTADO - encaminhar a ficha funcional dos responsáveis pelo setor de propaganda do banco, bem como daqueles que deliberaram por realizar esses gastos;

d) as decisões que autorizaram naquele ano de 1998, as mencionadas despesas;

e) a indicação da situação financeira do conglomerado BANESTADO durante o transcurso do ano de 1998, informando quantas vezes a instituição necessitou recorrer ao mercado interbancário para fechar caixa;

f) relatório do Banco Central ou da auditoria interna da instituição, tratando desses gastos com publicidade.

Ao ensejo, renovo-lhe os meus protestos de consideração.

(a) MATEUS EDUARDO SIQUEIRA NUNES

BERTONCINI - Promotor de Justiça

Quem pediu isso? Foi o promotor de Justiça em 11 de dezembro de 2000, Dr. Mateus Eduardo Siqueira Nunes.

Precisa saber agora se ele recebeu essas informações e que providências tomou o Ministério Público em 2000.

Agora vejo porquê alguns segmentos da imprensa não querem tratar desse tema. Fazem de conta que não veem. Sei que, às vezes, os jornalistas não têm culpa de querer tratar de um tema, porque a grande parte dos jornalistas não são proprietários, como eu, de um meio de comunicação. Apenas temos direito de escrever e de falar quando podemos e não quando queremos. Agora, os proprietários, e os grandes proprietários, é claro, que não querem falar do Banestado, porque o que se fez no BANESTADO, o que se fez com a publicidade no BANESTADO daria para salvar a vida de muitas crianças neste Estado do Paraná, Deputada Rosane, V. Exa. que trabalhava lá no postinho, sofrendo com falta disso e falta daquilo. O dinheiro foi parar no bolso desses supostos ladrões, das agências de publicidade, e tem agência que, lá atrás, operou e que continua operando hoje.

Então, ninguém quer falar disso aqui, porque mexe no quanto recebiam os meios de comunicação, e olha que era dinheiro, muito dinheiro, mas muito dinheiro mesmo. Estou aqui com a relação das agências e nos assustamos em ver o número de dinheiro que não tinha licitação, que não tinha autorização, que passou do limite. Propaganda se comprava por telefone e por interesse político, muito interesse político.

Então, vou continuar com esse tema. Podem continuar usando o caixa dois em cima de mim. Continuem usando! Haverá hora em que vou quebrar esse caixa dois e alguns políticos que usam o caixa dois da política para fazer acontecer algumas coisas, haverá dia em que vamos quebrar esse caixa e mostrar ao povo quem é que comanda o caixa dois da influência política no Paraná,

que tem ramificações em muitos Poderes e que muitas pessoas ficam ricas com o dinheiro que é achado, que é retirado nesses Poderes e que é pago não se sabe por quem, e quem sabe com um pouco desse dinheiro que supostamente foi roubado do BANESTADO.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Gostaríamos de agradecer a presença neste plenário do Dr. Rodrigo Rocha Loures, Presidente da Federação das Indústrias do nosso Estado. E como deferência do nosso Presidente, Deputado Antonio Anibelli, concedo ao senhor alguns minutos para fazer o convite aos Srs. Deputados.

Sr. Rodrigo Rocha Loures

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

Prezado Sr. Deputado Augustinho Zucchi, Presidente da Mesa dos trabalhos de hoje; Deputado Antonio Anibelli, Presidente em exercício da Assembleia Legislativa, e Srs. Parlamentares.

Quero agradecer a oportunidade de chegar aqui de sopetão, mas como é o último dia da Assembleia, queria pedir o apoio dos Srs. Deputados para duas iniciativas que são de grande importância para o nosso Estado. Uma delas diz respeito aos objetivos do milênio. Como os senhores sabem, as Nações Unidas, desde o ano de 2000, têm um programa para que até 2015, no mundo todo, haja uma grande mobilização para que os oito objetivos do milênio sejam alcançados. Poucos Países no mundo têm tido um progresso nisso, o Brasil é um dos poucos Países que vem evoluindo positivamente e dentro do Brasil o Paraná tem sido destaque, sendo que por essa razão até fomos convidados a participar da última Assembleia das Nações Unidas, para mostrar como é que está sendo tratado esse tema aqui no Paraná.

Aqui no Paraná temos feito um grande multirão, temos cerca de 20 mil voluntários do setor público, do setor privado, das entidades não governamentais. Através do Programa “Nós Podemos, Paraná”, que tem permitido que o Paraná tenha uma evolução muito positiva na direção dos objetivos do milênio, conforme tem esse relatório que está sendo distribuído aos Srs. Deputados.

Muito bem, por conta desse sucesso aqui no Paraná, dessa capacidade que temos de fazer coisas juntas, o setor público, o setor privado e a sociedade civil, num movimento suprapartidário fomos escolhidos para ser o secretário executivo no Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, que é a versão civil desse movimento. E no próximo dia 4 estará aqui conosco, faremos aqui um Seminário para tratar dessa temática, com a presença do Ministro Luiz Dulci, que é o responsável pela coordenação desse processo a nível nacional, e vai anunciar um prêmio nacional dos objetivos do milênio.

O mais importante, Sr. Presidente, é que o grande objetivo desse programa, a nível mundial, é que esses objetivos do milênio sejam alcançados em cada Município. E essa é a razão do porquê eu pedi ao Deputado Nelson Justus um momento aqui para pedir o apoio dos Srs. Deputados, para falarem com os seus amigos Prefeitos para fazer com que estejam participando ativamente desse Seminário, para que possamos ser assim o primeiro local do planeta aonde, senão todos os Municípios, mas se possível todos os Municípios estejam engajados nos objetivos do milênio.

Tenho uma boa notícia para dar aos Deputados: aqui no Paraná, seis já foram alcançadas este ano. Estamos indo muito bem. Tem outras duas metas que são mais difíceis, que são relacionadas a algumas questões ambientais, como a questão do lixo e do saneamento, e com relação a redução da mortalidade materna, que é um movimento específico que está sendo feito para isso. Mas o mais importante é que podemos, o Paraná por exemplo, uma capacidade que todas as forças do Estado se articulem, o setor privado, o setor público, Situação, Oposição, algo voltado para o bem-estar geral, se uma em torno desse projeto e que possamos oferecer um exemplo de um local no planeta onde se tenha um método por onde as coisas funcionem. Então, esse é o sentido do convite. O passo seguinte, isso vai ser um movimento para começarmos a partir do ano que vem, o grande desafio do planeta, que é a questão da mudança climática. Vamos ter que dar um foco na questão da educação ambiental. E esse é um tema que, certamente, é de interesse de todos nós, podemos fazer muitas coisas juntas.

O segundo convite, Srs. Deputados, é com relação ao Congresso da Indústria, que vai acontecer no dia 18 de agosto, e estamos fazendo um convite a todos os Deputados, esperamos a participação de mais de 500 indústrias, de pelo menos 100 Prefeitos, que são os prefeitos aonde existem indústrias, aonde vamos definir qual é a agenda de desenvolvimento do Estado para os próximos quatro anos.

Agradeço a atenção especial dos senhores ao nosso convite.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Em nome da Bancada do PP, gostaria de agradecer o Dr. Rodrigo e toda a sua diretoria. É uma diretoria dinâmica, que está fazendo uma grande transformação da FIEP.

Aproveitando o convite, gostaria de dar uma ideia: que a TV SINAL pudesse transmitir, ao vivo, esse evento da FIEP para o Paraná todo. Não vai atrapalhar os trabalhos aqui da Casa e seria um ponto de apoio muito importante ao Paraná.

Muito obrigado.

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

Da nossa parte seria muito bem-vinda essa colaboração com a Assembleia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Próximo orador inscrito, Deputado Professor José Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes que nos acompanham nesta Sessão, especialmente os servidores públicos, mães, pais, preocupados com a Educação das nossas crianças.

Quero também me dirigir ao telespectador que nos acompanha pela TV SINAL e Canal 21, dizer que nós da Bancada do PT subscrevemos um requerimento que vai ser apreciado nesta Sessão, queremos sensibilizar o Governador Roberto Requião de que o pleito dos servidores é justo, é fundamentado na Constituição Federal e Estadual, no Estatuto dos Servidores Públicos do Paraná, tem previsão orçamentária e as nossas crianças precisam de Educação e não podem ficar fora da escola. Por isso, pedimos o apoio de todos os Deputados, para que esse requerimento seja aprovado aqui por unanimidade.

A pedido dos companheiros do PT de Agudos do Sul, que convidam para a comemoração dos 10 anos do PT, vai ter um jantar no dia 17 de julho às 18h, no barracão da igreja da Colônia Nova. Convido a todos para esta festa importante do PT naquele Município.

Também quero falar do Fórum de Gênero e Diversidade Sexual, que estiveram aqui nesta Casa, na semana passada, na reunião da Comissão de Segurança. Trouxeram aqui uma preocupação que deve ser de todos, que é a intolerância, o crime de ódio contra pessoas que não são heterossexuais. Eles merecem o nosso respeito, merecem segurança e não podem ser assassinados, como estão sendo em Curitiba e no Estado do Paraná. Precisam de cuidados por parte da Segurança Pública.

Estamos encaminhando um requerimento, pela Comissão de Segurança Pública, ao Secretário Delazari, solicitando empenho. Primeiro, para evitar que esse grupo organizado, que está matando em série, continue agindo. Nos últimos 45 dias, foram oito pessoas assassinadas, em Curitiba e Região Metropolitana. Precisamos acabar com esse ataque brutal à pessoas que têm uma orientação sexual diferente da nossa. Portanto, vai acontecer nos dias 17 e 18 deste mês a Conferência Estadual de Segurança Pública. Esse é um tema que vai estar no debate. Vamos tirar proposta do Paraná para levar à Conferência Nacional.

Mais uma vez, queremos convidar todos aqueles e aquelas que estão preocupados com a Segurança Pública, para estarem nessa Conferência, levando sua proposta, e também, se candidatando a delegado para ir à Conferência Nacional. É a primeira vez que o Brasil organiza a Conferência Nacional. Já foram feitas várias Conferências Municipais, Regionais, Conferência livres. Precisamos cuidar da Segurança Pública no nosso Estado e no nosso País.

Portanto, fica aqui o registro e o apelo para as nossas autoridades que precisam, evidentemente, combater, com mais veemência, o crime aqui no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, por cinco minutos.

Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna trazendo dois assuntos. Um está na pauta de hoje. Apresentamos um projeto que, talvez, venha influenciar todos os sindicatos do Paraná, alguns sindicatos do Brasil, trazendo informações e parcerias que podemos montar com a Secretaria de Estado do Trabalho, com as Secretarias Municipais de Ação Social e do Trabalho, em todos os rincões do Estado do Paraná.

Apresentamos um projeto em que vamos instituir, juntamente com as forças trabalhistas do Estado do Paraná, a Semana Estadual de Segurança e Saúde no Trabalho. Por que isso? Tivemos um índice, só no ano passado, em que mais de 500 mil trabalhadores no Brasil passaram por problemas com acidentes no seu trabalho, na sua empresa, ou no exercício da sua função dentro das indústrias. O que ocorreu nesse período? Dois mil e setecentos desse 500 mil foram acidentes fatais, acidentes em andaimes, acidentes em veículos não preparados para a função desejada pela empresa, acidentes principalmente em empresas beneficiadoras de cana-de-açúcar, trazendo uma lista de prejuízos ao Brasil, mas, acima de tudo, prejuízos às famílias paranaenses e brasileiras.

Só no Paraná foram 40 mil incidentes e acidentes, sendo que tivemos quase 250 mortes nesse período. Isso em um ano. Por que isso? Porque ninguém estava dominando a técnica, dentro dessas empresas, da segurança, dos equipamentos, da maneira que o funcionário deve conduzir, tendo não só a orientação, mas tendo o complemento também didático de com deve ser exercida sua profissão.

Só de problemas de LER, um problema que hoje centenas de paranaenses estão passando, que estão afastados das suas funções que é um problema de repetição do exercício, principalmente de pessoas que mexem com informática. Pessoas capacitadas que, muitas vezes, chegam à invalidez por não terem a orientação condizente com o que deve ser feito durante as suas funções, ou até no início da sua qualificação, dando condição física, psicológica, para que eles também tenham não só um pós-emprego já garantido, que venham a ter a qualidade do empregado junto à sua empresa.

Na Polícia Militar temos uma lista de problemas da saúde e segurança no trabalho, na Polícia Civil, em todas as empresas prestadoras de serviço na área da Segurança. São funções que passam desde área psicológica, a área

física e preparo, e o preparo individual de várias funções que hoje infelizmente, são deixadas de lado e que ocorrem milhares de lesões permanentes.

Estamos defendendo esse projeto, junto com os sindicatos, para que possamos defender, no ano que vem, essa semana, onde todas as regionais, as 32 regionais do Estado, saindo de Curitiba e Região Metropolitana, passando por Foz do Iguaçu, Londrina, em todos os rincões, tendo a orientação dos profissionais de devidas áreas individualmente, para que venhamos a ter não só um ganho dentro da Previdência, mas principalmente que o funcionário, o empregado, aquele que está na outra ponta, não tenha a lesão que muitas vezes é culpa do patrão. E muitas vezes o patrão nem sabe que pode exercer a função de proteção do seu funcionário.

Nós que trabalhamos em vários setores, sabemos que um funcionário, principalmente no plantio, se não tiver uma rotina...

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

Queremos realmente que esse projeto seja aprovado, onde vamos estar com 35 sindicatos, formalizando com várias empresas, com vários setores da sociedade, essa Semana de Saúde e Segurança no Trabalho. Deve passar hoje em 1ª e 2ª discussão. E na sequência, queremos realmente que todos os Deputados participem, individualmente nos seus setores, para que possamos trazer mais ideias.

O segundo assunto que nos traz a esta Casa é a votação hoje, da questão do repasse dos recursos do Estado de Alagoas, a respeito da indenização das ações que deveriam ter sido palco de uma execução formal do Governo Federal, do Banco Central, em favor do Governo do Estado, e não uma pauta de discussão se o Governo do Estado deve devolver ou pagar a dívida do Banco Itaú.

Nós que temos consciência do grande erro que foi a privatização do Banco do Estado, talvez um dos maiores prejuízos da história que o Paraná já recebeu e que ainda tem muitos anos para pagar, deveríamos buscar dentro da Assembleia, dentro da Câmara Federal, os nossos Senadores, termos uma reunião com o Presidente Lula, para demonstrarmos que esse prejuízo, que foi palco de uma CPI que o Deputado Neivo também fez na época, e participou, é na ordem de 14 bilhões, chegando a R\$ 20 bilhões. É o maior prejuízo da história do Brasil e do Estado do Paraná. Uma privatização que deveria ser apenas repassada à ordem privada, ou devolvida à Federação, foi palco do maior vexame de uma privatização da história deste País e do nosso Estado.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Kielse, o tema que V. Exa. aborda na tribuna, é um tema que o povo do Paraná tem chorado

lágrimas de sangue. As pessoas estão nas filas buscando remédio, em postos de saúde, sem casas para morar, enquanto estamos pagando uma dívida mensal, por conta do rombo do BANESTADO, até março de 2029. Esse dinheiro, 60 milhões e pouco por mês, daria para fazer perto de 4 mil casas populares, por mês.

O interessante é que tínhamos um banco público, o Banco do Estado do Paraná. Sabemos que quem é responsável pelo controle do sistema financeiro brasileiro, é o Banco Central, que quando notou que o Banco do Estado estava dando esse rombo financeiro para o Estado, deveria ter decretado a intervenção no BANESTADO, federalizando o banco, como fez em outros Estados.

Aqui no Paraná, o Governo da época preferiu contrair um empréstimo, sanear o prejuízo do banco para esconder os administradores, que meteram a mão, administraram mal, que deram esse dano e prejuízo ao Banco do Estado. Assistimos que hoje foi socializado o prejuízo. Eles não foram devidamente denunciados a público.

Na época, a CPI ouviu a então diretora do Banco Central, Tereza Grossi, que disse que o BANESTADO estava sendo administrado por uma quadrilha.

Tenho verdadeiro nojo de falar em nome do Banco Itaú, porque são pessoas que se aproveitam de uma situação. Tenho verdadeira tristeza e irritação em saber que paranaenses, que governaram nosso Estado, tenham feito isso no passado. A CPI feita nesta Casa revelou e encaminhou ao Ministério Público Estadual e Federal. Ainda se não bastasse, escrevemos um livro, para que ficasse na memória da população do Estado e para que ele fique marcado na vida desses que, sem dó nem paixão, roubaram o nosso povo.

Obrigado.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

As palavras do Deputado Neivo são, com certeza, o eco da população paranaense. Temos razão, hoje, até para convocarmos, após o período de recesso, o Presidente do Itaú ou as diretorias que são vinculadas ao Itaú, para que venham explicar como se compra um banco, por 1 bilhão e 300 milhões, e são recebidos créditos tributários de 1 bilhão e 800, mais uma carteira que tecnicamente seria podre, vendida a empresas privadas, vinculadas ao Goldman Sachs - banco americano. No início seria um prejuízo de R\$ 150 milhões e foram pagos 12 milhões, e até o momento, só este banco já levantou 1 bilhão e 200, com 12 milhões que foram pagos. A conta não fecha e nunca vai fechar.

Existem coisas macabras por trás dessa privatização, que infelizmente, o Estado, os paranaenses que estão nos vendo, vão pagar esse preço durante muitos anos.

Deveria haver uma ação contundente do Governo Federal, para esclarecer, para elucidar, como foi feita essa privatização. Garanto a vocês que duas ou três pessoas sabiam da verdade, não mais do que isso. Esta Assembleia participou e não sabia o que estava fazendo,

com toda a certeza. Frisar que esses 109 milhões, que devem entrar no caixa do Governo do Estado, seriam extremamente convenientes neste momento, para também serem utilizados para a duplicação de rodovia, que já foi citada pelos Deputados Strapasson e Neivo, de um projeto onde temos a influência de 160 mil pessoas, que moram entre Curitiba e Rio Branco do Sul. São 6 mil empresas. Repito, 3 mil e 200 empresas, entre Tamandaré, mais 580 lá no nosso Município de Rio Branco do Sul, cadastradas, mais de 1 mil e 200 não cadastradas, totalizando quase 6 mil empresas, somando também Itaperuçu. Cento e sessenta mil pessoas seriam beneficiadas, apenas com R\$ 20 milhões, dos 109 milhões.

Por isso vamos passar um ofício pedindo a assinatura de todos os Deputados para apresentarmos ao Governador Roberto Requião, pedindo essa duplicação, com todo o respeito ao nosso Município de Colombo, que está tendo, graças ao trabalho da Deputada Beti e tantos outros companheiros, com a Rodovia da Uva, Guaraituba, do Deputado Strapasson, mas queremos, junto com todos os Deputados, fazer a bandeira do Vale do Ribeira. Hoje são mais de 3 mil caminhões diariamente. Somando os veículos que passam nessa rodovia, vamos ter hoje na casa de 15 a 20 mil veículos/dia. Uma das rodovias mais conturbadas do Estado, sem sobra de dúvida.

Hoje pela manhã fui a Tamandaré e encontramos mais de 200 caminhões de Curitiba a Tamandaré. Levamos quase meia hora em 12 quilômetros. Mas são 22 quilômetros até Rio Branco do Sul, que fortaleceria, transformaria e daria, sem sobra de dúvida, uma duplicação do valor das áreas que lá, ainda dizem, são o ramal da fome. Nós queremos melhorar.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Kielse, é oportuno neste momento falar da duplicação da Rodovia dos Minérios, e eu estive também há questão de um, dois meses atrás, encaminhando, aprovamos nesta Casa uma indicação para que houvesse o projeto de duplicação. Conversei com o Secretário Tizzot e ele me disse que teríamos que primeiro elaborar o projeto. Falei: olha, da mesma forma que o projeto da Rodovia da Uva só está saindo porque lá atrás, quando Secretário, fizemos o projeto, porque ela estava num corredor de transporte. A Rodovia dos Minérios é uma rodovia importante e precisamos, desde já, determinar com o Secretário dos Transportes, a elaboração do projeto de duplicação, porque somente naquela semana quando falei, três vidas tinham sido perdidas na Rodovia dos Minérios.

Então, este é um projeto que todos que trabalhamos na região teremos o maior empenho, e tenha certeza que estaremos juntos nessa caminhada.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Agradeço, Deputado Strapasson, esta colocação.

Quero concluir, não só refazendo todo um percurso, saindo de Dr. Ulisses, Cerro Azul, que hoje já tem a pavimentação graças ao Governador Roberto Requião, mas ter uma memória breve que temos neste eixo centenas de indústrias que hoje são palco de grandes investimentos, citando apenas a Votorantin, que é a maior empresa das Américas, que situa-se no Município de Rio Branco do Sul e que si uma média de 300 caminhões bitrem todos os dias de Rio Branco do Sul.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Somente um segundo, Deputado. Exatamente ontem ocupei a tribuna para propor o que V. Exa. está propondo hoje. Graças a Deus, se nos unirmos em 10, 12 Deputados aqui da região, vamos fazer com que a Rodovia dos Minérios seja duplicada. E com esse dinheiro, claro que não podemos condicionar através de emenda, mas podemos ter uma conversa com o Governador no sentido que dê prioridade na elaboração.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

A consciência que temos nesta Casa é muito forte neste momento. Temos dentro da Região Metropolitana apenas quatro rodovias que não são duplicadas.

Num raciocínio rápido - Fazenda Rio Grande que será duplicada pela terceirizada do pedágio - a ligação que temos a Piraquara, que também se torna uma Cidade importante, que não deixa de ser tão importante quanto o eixo do calcário, dos minérios, mas que neste momento o volume de pessoas, o volume de materiais, o volume de empregos que temos nessa rodovia, nós só perdemos para São José dos Pinhais e Araucária.

Fizemos uma conta com Campo Largo, o eixo de ligação com Rio Branco do Sul, Sr. Presidente, tem mais empregos que a Cidade de Campo Largo.

Queremos o apoio de V. Exa. e de todos os Parlamentares para seguirmos, buscarmos junto com o Secretário dos Transportes e o Governador Requião, este projeto que não é um sonho do Deputado Kielse, tenho certeza absoluta que é um sonho do Paraná em ver o Vale do Ribeira crescer, pela sua potência, pela sua natureza, aonde temos a maior produção de calcário do Brasil, aqui tão perto de Curitiba. Vinte milhões de reais seriam suficientes, porque temos trechos já com a terceira pista pronta.

Seria um acordo com o próprio Governador, utilizando deste recurso. Dos 109 milhões que serão recolhidos, apenas 20 milhões seriam destinados a esta obra que mudaria a vida do Vale do Ribeira.

Obrigado, Sr. Presidente.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

No Grande Expediente, Deputado Chico Noroeste.
V. Exa. dispõe de 15 minutos.

Deputado Chico Noroeste (PR)

O SR. CHICO NOROESTE

Sr. Presidente, Deputado Anibelli, demais componentes da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, público presente, cidadãos paranaenses que nos assistem neste momento.

Apresentei, Sr. Presidente, nesta Casa de Leis, um Projeto de nº 056/09, no mês de março. Esse projeto, quando encaminhado para a CCJ, foi aprovado. Agora, quando esse projeto foi enviado para a Comissão de Defesa do Consumidor, até o momento não teve parecer. Não tendo parecer, apelei para o Presidente Nelson Justus, que colocou esse projeto em 1ª discussão, para a apreciação dos Srs. Deputados, e foi aprovada a sua constitucionalidade. Depois disso, esse projeto foi retirado, não foi colocado em 2ª discussão, no que pese aqui o nosso apelo, por diversas vezes, ao Presidente Nelson Justus e também ao Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli. Mas, infelizmente, até o momento não tivemos êxito.

Enquanto isso, foi apresentado aqui para os Srs. Deputados, um TAC - Termo de Ajuste de Conduta, inclusive pelo Diretor da SANEPAR, o ex-Deputado Natálio Stica.

No meu ponto de vista, esse TAC, na verdade, só vem endossar aquilo que já vinha sendo praticado pelas Prefeituras; entre as Prefeituras e a SANEPAR. Uma verdadeira maquiagem. Um verdadeiro band-aid. Talvez um curativo que foi feito e certamente não vinha a atender os interesses dos consumidores, da população. Um Termo de Conduta em que sua essência eram apenas dois pontos e que os consumidores, não querendo, podiam pedir a sua exclusão. Mas, assim preconizavam os contratos assinados entre a SANEPAR e os Municípios.

E o segundo ponto era a autorização tácita, e a Prefeitura e a SANEPAR estão continuando a cobrar a taxa de lixo dos consumidores de 55 Municípios do Estado do Paraná, aproximadamente.

Nosso projeto vem ao contrário do que preconiza esse TAC, porque nosso projeto proíbe a SANEPAR de cobrar a taxa de lixo dos consumidores que não autorizaram, antecipada e formalmente. Este é o nosso projeto, é o que eu defendi lá atrás e continuei defendendo.

Numa certa oportunidade, lá na Cidade de Foz do Iguaçu, me encontrei com o Governador Roberto Requião, ele ficou sabendo do projeto, inclusive o seu líder, Deputado Romanelli, e me disse que concordaria em gênero, número e grau com relação ao nosso projeto. Ele certamente esperava que esta Casa de Leis aprovasse esse nosso projeto num tempo hábil, satisfatório e que

viesse atender à nossa população, mas infelizmente, até o momento não foi colocado em 2ª discussão, para que pudéssemos adequá-lo inclusive com a ideia do Governador Requião que não admitia a SANEPAR cobrar, nem sequer com autorização prévia, e antecipadamente. O Governador, na sua tese, defende que a SANEPAR não deve cobrar mais nada na fatura de água, porque a água é um bem fundamental, é um bem essencial à vida das pessoas e nada pode obstruir, dificultar a água chegar até as casas.

Agora, como a Assembleia Legislativa não aprovou, não aprovamos porque o projeto não veio para discussão para que pudéssemos fazer as alterações necessárias, o Governador baixou um decreto proibindo que a SANEPAR cobre quaisquer tipos de serviço na fatura de água. As Prefeituras e a SANEPAR terão só até o final do ano para que continuem com esse contrato, depois não haverá mais contrato nenhum, não haverá cobrança de mais nada na fatura de água. Ali só serão cobradas as tarifas de água e esgoto e mais nada.

Aqui o decreto do Governador Roberto Requião, que diz:

(Lê):

Art. 1º A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, só poderá instituir cobrança pela prestação de serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos, se efetivamente executar tais serviços, ficando vedada a contratação de cobrança por serviços prestados por terceiros.

Art. 2º Os serviços de coleta de resíduos sólidos deverão ser cobrados em faturas separadas.

Art. 3º Os contratos de cobrança de serviços de coleta de resíduos sólidos prestados por terceiros em vigor, devem ser rescindidos até o dia 31/12/09.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14/07/09, 188º da Independência e 121º da República.

E eu assistia o Governador Roberto Requião quando ele anunciava este decreto, que estava fazendo este decreto porque não aprovamos o projeto de lei e que ele, mesmo fazendo o decreto, apelava para nós Deputados para que pudéssemos transformar esse decreto - porque decreto é algo mais administrativo - em lei. Uma lei no Estado do Paraná, que aí sim vem de encontro com o que preconiza o Código de Defesa do Consumidor.

A Sra. Beti Pavin (PMDB)

Ficamos muito felizes. Na verdade, parabenizamos a sua bandeira que começou lá atrás, depois entrou também o Deputado Reni Pereira com a Comissão de Defesa do Consumidor. Dizer que ficamos muito felizes que mais uma vez o Governador teve a sensibilidade de entender. Nós também apresentamos um projeto de lei aqui, que estava tramitando nesta Casa sob o número 343, V. Exa. também. E dizer que, infelizmente através de um decreto, mas o importante é que ele decidiu, resolveu e

está barrada a possibilidade desta cobrança através da conta de água. E dizer também aos Srs. Deputados que não foi à toa esta briga. Eu recebi centenas de correspondências, de e-mails de Cidades onde estavam sendo cobrados, em particular da Cidade de Colombo, reclamando e achando um absurdo o que estava acontecendo. E pior, Deputado Chico que os escritórios da Companhia de Saneamento do Paraná nos Municípios, em particular de Colombo, estavam praticamente agindo como se fosse uma extensão das Prefeituras locais.

Então, ficamos felizes, agradecidos, e dizer que mais uma vez o povo do Estado do Paraná saiu ganhando com esta decisão do Sr. Governador.

Muito obrigada.

O SR. CHICO NOROESTE (PR)

Obrigado pelas suas palavras. Incorporamos as no nosso pronunciamento.

Recebi esta notícia com muito entusiasmo, fiquei muito feliz em saber que no Estado do Paraná há, sim, um verdadeiro Governador, um Governador que tem sensibilidade, que tem bom senso e que trabalha para todo Estado do Paraná, trabalha para todos os segmentos da sociedade. Mas trabalha priorizando aquelas pessoas que mais precisam.

E aqui eu quero dizer da falta de sensibilidade da SANEPAR. Uma empresa pública, uma empresa que tem a sua principal atividade que é levar a água tratada para as famílias paranaenses, coletar o esgoto, tratar. Esta sim é a finalidade pública, a finalidade de uma empresa pública. Não pode ficar querendo exercer outras atividades em detrimento, em prejuízo da população, porque certamente no meio de tanta gente que a SANEPAR vinha cobrando, lá estão aqueles que são enquadrados nos projetos sociais, os projetos como o Luz Fraterna, que é para a população de baixa renda, aqueles que mais precisam, projeto social da tarifa, aliás projeto social da água em que os enquadrados pagam apenas R\$ 5 pela água e mais 50% de esgoto, R\$ 2,50. Agora não houve restrição nenhuma, a SANEPAR e a Prefeitura fizeram esse convênio e passaram a cobrar de todas as pessoas, sem respeitar esses benefícios que a população já tinham recebido.

Certamente, fico imaginando, Sr. Presidente, a população que paga só R\$ 5 e foi surpreendida por receber mais 5 mais 10 mais 15. Fiquei imaginando o desespero, o sofrimento da população, dessas famílias.

Portanto, acho que esta Casa fez o seu papel. Quero aqui também destacar o trabalho que o Deputado Reni Pereira fez, denunciando. Mas ali podemos dizer que era uma frente, poderia ter uma segunda, uma terceira, uma quarta.

Então, temos várias frentes. A justiça para fazer a lei é um delas. Poderíamos aqui fazer um projeto de lei, uma lei no Estado do Paraná, tornando essa lei mais clara, mais transparente, mais fácil de entendimento. Como podíamos atuar também apresentando indicações, requerimentos, audiências.

O problema hoje está solucionado, a SANEPAR e os Municípios só terão este ano, porque a partir do ano que vem não poderá ser cobrado mais nada. Somente a SANEPAR poderá cobrar a água e o esgoto tratado da população, e nada mais.

Portanto, o nosso muitíssimo obrigado ao Governador Roberto Requião por mais essa atitude que vem de interesse com aquilo que eu já vinha defendendo, estou defendendo e continuarei defendendo.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Encerrado o Grande Expediente. Horário das Lideranças. PMDB, Jonas Guimarães.

Liderança do PMDB: Deputado Jonas Guimarães

O SR. JONAS GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É um prazer estar hoje usando esta tribuna para agradecer, em primeiro lugar, o Governo do Estado, por mais essa conquista para a nossa microrregião de Cianorte, e também para a AMOCENTRO, nove Cidades, e de Cianorte, 10 Cidades contempladas com os ônibus para Secretaria da Educação.

As Cidades que foram contempladas: Cianorte, cinco ônibus; Cidade Gaúcha, três ônibus; Guaporema, dois ônibus; Indianópolis, três ônibus; Japurá, dois ônibus; Rondon, três ônibus; São Manoel, 2 ônibus; São Tomé, dois ônibus; Tapejara, três ônibus; Tuneiras do Oeste, três ônibus e o AMOCENTRO, 35 ônibus. Perfazendo um total de 63 ônibus. Entregamos hoje na Escola de Governo a documentação, para assim os Prefeitos retirarem esses ônibus e levarem para as suas Cidades para atender os alunos que têm que ser conduzidos para as nossas escolas.

Precisamos agradecer ao Governador, ao Vice-Governador Orlando Pessuti e a Secretaria da Educação, que tem prestado um grande trabalho na área da Educação, que é primordial para o nosso Estado.

Quero aproveitar a oportunidade e convidar a todos os paranaenses, os amigos Deputados e Deputadas, para participarem conosco das festividades do aniversário de Cianorte, que completará 56 anos. Já iniciamos a programação domingo, com uma cavalcada com mais de 2 mil cavaleiros.

Dia 20 começa a nossa EXPOVEST, lançamento da moda primavera/verão. Lá estarão quase 500 indústrias da confecção, expondo os seus produtos para os compradores de todo o Brasil e do exterior.

Fica aqui o nosso convite para os senhores e senhoras participarem dessa feira de exposição, dos dias 20 a 23.

Temos a programação dos artistas Falamansa, Cris Duran, João Carreiro e Capataz, Vitor Hugo e Cristiano, Bandeirança, Jean e Geovani, Mário Augusto e Alexandre, Banda G10. São vários artistas que estarão se apresentando. É um prazer receber os nosso amigos e Deputados dessa Assembleia e os nossos queridos amigos do nosso Estado do Paraná.

Em especial quero fazer um agradecimento, e ao mesmo tempo parabenizar o meu irmão Edno Guimarães, que se encontra no plenário hoje, pelo desempenho que ele tem conseguido à frente do Poder Executivo do Município de Cianorte.

Cianorte tem um dos melhores desempenhos e gestão do Paraná. É a quarta Cidade paranaense com melhor índice de responsabilidade fiscal, social e de gestão, com pontuação de 533 pontos, bem acima da média do Estado, que ficou em 474.

O desempenho de Cianorte ficou acima, inclusive, do de Curitiba, que obteve pontuação de 510 pontos. O ranking divulgado esta semana, pela Confederação Nacional dos Municípios, leva em conta aspectos como gasto com pessoal, investimentos, custo com os Vereadores, desembolso para a Educação e a Saúde.

Isso é o reflexo do cuidado que o Prefeito Edno Guimarães tem com a administração e com os recursos do Município, buscando sempre manter o equilíbrio entre receita e despesa, o que o deixa com um considerável superávit financeiro.

Quero aqui, como Parlamentar e Deputado Estadual que representa Cianorte e a nossa querida Região Noroeste do Paraná, fazer um agradecimento especial ao meu irmão e Prefeito da nossa Cidade, que tem prestado um grande trabalho e um grande serviço como homem público. Para nós, a família Guimarães, só temos que agradecer por termos no seio da nossa família um homem como o Edno, que já prestou um grande trabalho, um grande serviço para o nosso querido Estado do Paraná, e em especial a Cianorte, como Vereador, como Prefeito e como Deputado por duas legislaturas e agora na sua segunda gestão como Prefeito.

Aqui, Edno, ficam os nossos agradecimentos e o reconhecimento do povo do Paraná, e também, com certeza, do povo de Cianorte.

Estaremos, em breve, entregando várias obras em Cianorte e fica aqui o nosso convite, inclusive ao Governo do Estado, que tem participado com recursos, e ao Governo Federal também, para fazerem parte conosco na inauguração de três Centros de Educação Infantil, que vão atender mais de 500 crianças. Vamos entregar também o Centro de Eventos, está em fase de acabamento o Paço Municipal, como cartão de visita de Cianorte, a reurbanização da praça 26 de Julho e também a reurbanização da praça Sete de Setembro, do Distrito de São Lourenço. Há uma escola para mais de 1 mil e 200 alunos já pronta, sendo que só falta o Governador ir lá para inaugurarmos. E o pronto-atendimento, uma obra de quase 2 mil metros, já terminada, sendo que entregamos nesta

semana, inclusive com todos os equipamentos sofisticados, verba que também veio do Governo Federal, conseguida através do nosso amigo, Deputado Federal Ricardo Barros. A Escola Dom Bosco, o Cianortinho, também em fase de acabamento, e é um grande investimento, a Escola Estadual de São Lourenço, um investimento do Governo do Estado de mais de R\$ 1 milhão e meio.

Por isso, não poderia deixar de subir nesta tribuna e passar ao povo paranaense uma prestação de contas daquilo que estamos fazendo, não só em Cianorte, mas também nos Municípios que representamos - não só eu, como também os nossos companheiros Deputados, e está aqui o nosso Presidente, Antonio Anibelli, que também faz parte conosco daquela região e representa alguns Municípios.

Por isso, meus amigos Deputados e Deputadas, os nossos agradecimentos. Estamos entrando em recesso e desejo a todos um bom recesso!

Concedo um aparte ao Deputado Fernando Scanavaca.

O Sr. Fernando Scanavaca (PDT)

Gostaria de anunciar a presença do Prefeito de Cianorte. É uma satisfação muito grande termos o Prefeito em nosso meio.

O SR. JONAS GUIMARÃES (PMDB)

Os nossos agradecimentos ao Deputado Scanavaca, que também foi Prefeito por duas gestões em Umuarama, agradecendo a presença do meu irmão, Edno Guimarães, Prefeito de Cianorte.

Então, um bom recesso para todos nós! Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta Presidência agradece o convite do Deputado Jonas, extensivo aos demais companheiros. E pode ter certeza, Deputado Jonas, que depois da visita do nosso ilustre ex-Parlamentar Edno Guimarães, hoje Prefeito reeleito de Cianorte, estaremos lá compartilhando da alegria da população daquele Município.

Próximo orador inscrito, no horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Deputado Anibelli, registrar também o contentamento em receber o ex-Parlamentar. E o Deputado Jonas esqueceu de registrar que lá também, o seu sobrinho, filho do atual Prefeito, é o Presidente da Câmara. Então, só erraram o partido, mas parece que é do mesmo partido também do José Sarney. Parece que é o Maranhão ali, mas com certeza estão muito bem representados. O Deputado Jonas é um Deputado aguerrido, Deputado Edno, e certamente está

honrado a sua tradição nesta Casa, que deixou boas lembranças. E não só a sua Cidade de Cianorte, mas toda a região está muito bem representada.

Gostaria de lembrar aqui que quando fizemos a denúncia da cobrança abusiva por parte do BANESTADO, antes do Deputado Chico Noroeste apresentar a sua proposição, o Deputado já havia anunciado: olha, o Governador é contra. Lembro disso, que ele tinha anunciado pelo menos esse *animus* do Governador.

E na época, falando em Deputado Jonas, fiz um paralelo com a história da onça e hoje lembrei da onça novamente, Deputado Jonas, porque falei naquela época: depois da onça deitada aparece um monte de gente para tirar foto. Até parece que o Governador começou a governar o Estado do Paraná neste ano, até parece que a SANEPAR começou a cobrar a taxa de lixo neste ano. E eu lembro inclusive que o Deputado Douglas inclusive ajudou nesse alerta, dizendo porquê o Governador não tinha visto antes essa cobrança ilegal.

Eu não assisti hoje cedo, mas tão logo me falaram desse decreto, eu pedi uma cópia da Escola de Governo e pude perceber que, na verdade, depois do termo de ajuste de conduta que o Deputado Romanelli, quando eu anunciei para ele: olha, a SANEPAR vai celebrar um termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público, em virtude da denúncia que a Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa fez na Promotoria de Defesa do Consumidor do Estado do Paraná, tendo em vista que a SANEPAR não estava respeitando a lei, que é o Código de Defesa do Consumidor. E o Deputado Romanelli falou: “Eu não aceito isso, como que a SANEPAR vai assinar uma confissão que não está cumprindo a lei?” Pois bem, a SANEPAR fez o termo de ajustamento de conduta, que entre outras obrigações assumiu a obrigação de, a partir do ano que vem, somente fazer a cobrança daqueles consumidores que fizessem a autorização expressa. Se não houvesse a autorização expressa, no início do ano que vem a SANEPAR estaria proibida de cobrar de qualquer Prefeitura.

Em relação a este ano, como já existem vários convênios em andamento, o Ministério Público e a SANEPAR entenderam por bem de pelo menos orientar os consumidores que a taxa não era uma camisa de força. A taxa poderia ser rescindida desde que o consumidor pagasse na Prefeitura. Pelo menos fizeram. Mas para o ano que vem, Deputado, o Inquérito Civil 021, que o Ministério Público do Estado do Paraná fez, previa que para o ano que vem, ou os Municípios apresentam para a SANEPAR uma autorização expressa dos seus municípios autorizando a SANEPAR, ou não poderia ser cobrado. Esse é um dos itens que consta do tema.

Então, agora eu respeito o seu posicionamento, como respeitei a apresentação do seu projeto de lei, e penso diversamente, porque a lei do Código de Defesa do Consumidor está em vigor desde 1990. Será que o Governador, só hoje, viu a SANEPAR cometendo uma ilegalidade? Ou

será que ele quis sair na fotografia pisando na onça depois do Inquérito Civil 021, que foi assinado? Porque eu vi o Presidente da SANEPAR, meu amigo, que eu respeito muito, Stênio Jacob, todo sorridente, assinar o decreto junto com o Governador. Dava a impressão: estão comemorando o quê? Faz tantos anos que estão cometendo ilegalidades, o que vai fazer lá sorrindo? Por que não fizeram antes? Dá a impressão que o Governo do Estado do Paraná não é acionista majoritário da SANEPAR.

Deputado Chico, eu respeito V. Exa., continuarei respeitando, mas não me venha fazer elogio ao Requião, por simplesmente ter feito um decreto para dizer que é sua a autoria, àquilo que a SANEPAR já assinou como termo de ajustamento de conduta perante o Ministério Público e a Promotoria de Defesa do Consumidor.

Então, faço esse pronunciamento para resgatar a verdade, para que os Deputados, principalmente a imprensa do Paraná, a população do Estado do Paraná, não seja induzida em erro, por quê? Porque eu escutei, quando me levaram fita lá, que ele falou: “É uma ilegalidade, e se é uma ilegalidade eu não preciso de lei para decretar o fim”. Se é uma ilegalidade, é sinal que a prática da SANEPAR está afrontando uma lei, Deputado Rossoni. Estou errado? Porque se não fosse, ela poderia ser qualquer outro tipo de prática, menos ilegal. Mas se é ilegal, e o próprio Governador reconheceu isso hoje, que a prática da SANEPAR é ilegal, é porque não precisamos de uma lei, é porque o Governador, há muito tempo atrás, não precisava da lei para decretar o fim dessa cobrança abusiva. Mas não o fez. Foi preciso que a Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa, pautada em várias denúncias, de cobrança casada, fizesse a denúncia, primeiramente aqui nesta Casa, que não foi respeitada pela SANEPAR e nem pelo Executivo, posteriormente junto à Promotoria de Defesa do Consumidor. Foi preciso que a Promotoria de Defesa do Consumidor fizesse um Termo de Ajustamento de Conduta com a SANEPAR, em que se comprometeu a evitar uma correspondência aos consumidores, dizendo que não é obrigado a pagar, pode pagar na Prefeitura. Por que isso fez isso? Pelo mesmo motivo que o Governador Roberto Requião não decretou o fim ainda neste ano. Porque a SANEPAR já celebrou convênios com mais de 57 Municípios, e se rescindisse agora teria que indenizar os meses restantes que faltam para o final do ano.

Respeito o Governador Roberto Requião, mas não posso ficar calado. O Deputado Nelson Justus nunca me pediu para abdicar da cobrança junto ao Ministério Público, porque estão violando a lei que estabeleceu o Código de Defesa do Consumidor, e o Presidente nunca me pediu para eu abdicar dessa luta.

Deputado Chico, sua lei foi apresentada nesta Casa, mas entendo que é *bis in idem*, assim como o Governador falou que a cobrança é ilegal, é porque já existe uma lei.

Concedo um aparte ao Deputado Chico Noroeste.

O Sr. Chico Noroeste (PR)

Muito obrigado pelo aparte. Sou obrigado a falar que V. Exa. não tem conhecimento do real teor do TAC. Porque não é assim como V. Exa. está falando. Que no ano que vem, para a SANEPAR cobrar, terão, os consumidores, que autorizar antecipadamente. Não é assim! O que foi conseguido, através da sua denúncia, inclusive eu já reconheci aqui o respeito, foi apenas um endosso daquilo que já estava ocorrendo. De uma prática da SANEPAR entre os Municípios, através de um convênio autorizado pelas Câmaras Municipais. Já existia o que está aqui, que os consumidores podem pedir a exclusão a qualquer tempo. Já era assim no contrato assinado entre a SANEPAR e as Prefeituras. A autorização que foi endossada aqui era tácita. Ou seja, a Prefeitura manda a conta para todo mundo, é isso que está aqui no TAC.

Mesmo assim não quero desmerecer o seu trabalho, porque foi um trabalho que começou aqui nesta Casa, tinha essa frente da Justiça. Mas, sinceramente, no meu ponto de vista, não atende aos interesses do consumidor. Só atenderia se os Municípios chamassem os contribuintes e dissessem: “Olha, queremos cobrar através da fatura de água! Então, assine aqui!” Mas, não é assim. Portanto, não vejo esse termo de conduta atendendo aos interesses da população, de maneira alguma, porque só veio endossar, maquiagem com os contratos essa prática que a SANEPAR já vinha fazendo com os Municípios.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Não dá para incluir nessa lei a proibição da poluição dos outdoors lá em Foz do Iguaçu? Colocaram mais outdoors em Foz do Iguaçu. Daqui a pouco, vem de novo isso.

Quando o primeiro projeto de lei do Deputado Chico foi aprovado, encheram de outdoors na Cidade. Isso é uma coisa que o Governo faz. Já tinha, na verdade, aquela demanda judicial que V. Exa. entrou e o Requião poderia fazer como fez, como decreto, e a preocupação é que venha novamente encher de outdoors na Cidade. Uma coisa que perde o sentido, porque o interesse, na verdade, não é proteger a população, e sim politicagem. É isso que gostaria de destacar. Se pudesse incluir na lei seria muito bom para a sociedade.

O Sr. Chico Noroeste (PR)

Esse é o pagamento que recebi por tê-lo apoiado nas eleições, ano passado!

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, a nossa preocupação é justamente essa. É a utilização política de algo que já está determinado.

Concluindo, essa afirmação do Deputado Chico Noroeste não procede, porque no parágrafo 1º desse ajuste de conduta, existe o seguinte: *O consentimento do*

consumidor será colhido oportunizando-se a ele, de forma clara, prática e objetiva, no carnê do IPTU, ou através de documento utilizado pelo Poder Público para cobrança de taxas, e opção de bloqueio prévio do pagamento parcelado. Então, existe a obrigação a partir do ano que vem.

Na verdade, o que o Requião fez hoje, foi dizer que foi ele que resolveu, mas quem resolveu foi a Promotoria de Defesa do Consumidor do Estado do Paraná, por meio do Termo de Ajuste de Conduta, que foi realizado junto com a SANEPAR.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Partido Progressista.

(Declina)

PT. Com a palavra a Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Liderança do PT: Deputada Luciana Rafagnin**A SRA. LUCIANA RAFAGNIN**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Uso da tribuna, nesta tarde, e gostaria de antes de falar do assunto que considero também de grande importância, saudar aqui as mães e os companheiros do Sindicato dos Servidores Públicos do nosso Estado, que estão aqui na luta, na defesa da manutenção das creches que atendem aos filhos dos servidores do nosso Estado. A nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores está encaminhando um requerimento, nesta tarde, solicitando ao Governador a manutenção dessas creches, até pelo público que vem atendendo: são cerca de 300 crianças que estão sendo atendidas.

Quero citar a bancada feminina desta Casa. Deputadas Cida Borghetti, Beti Pavin e Rosane Ferreira, juntamente com esta Deputada. Estamos encaminhando um requerimento à Secretária Maria Marta, solicitando informações sobre o que está realmente acontecendo, por que está sendo ameaçado fechar essas creches e se é possível regularizar essa situação. Então, estamos aqui empenhados, tanto os quatro Parlamentares desta Casa, como também a Bancada do Partido dos Trabalhadores, que busca informações por parte do Governo do porquê do fechamento.

Ao mesmo tempo, solicitamos a manutenção dessas creches, o funcionamento dessas creches, porque sabemos que são muito importantes para os servidores da nossa Casa.

Concedo um aparte ao Deputado Reinhold Stephanes

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Obrigado, Deputada Luciana Rafagnin. Acho que é raro, mas vou concordar com a senhora e com o PT: esse assunto das creches é um absurdo. Primeiro, porque a questão é totalmente ilegal e foi questionada pelo

Tribunal de Contas se era possível ou não se fazer a subvenção a essas creches. Se há 29 anos são aprovadas as contas é claro que podia, mas para se ganhar tempo se fez a consulta ao Tribunal. Depois eles decidiram cancelar isso este ano, depois de as crianças estarem matriculadas, pararam de pagar os salários dos funcionários, ficaram meses sem receber os seus salários. Nada justa, foi uma decisão muito difícil de acontecer.

Essas crianças, o Governo tem o dever de acomodá-las. Os funcionários têm creches de bom nível, a lei já prevê que o Estado garanta essa situação. E depois, pior se o Requião quisesse realmente terminar, deveria ter dito em setembro do ano passado: “Olha no ano que vem não tem mais”. As pessoas poderiam se acomodar em outro local. Mas não fez isso, fez tudo errado, tecnicamente e legalmente falando.

Muito obrigado.

(Aplausos)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Obrigada pelo aparte.

Essa é a preocupação que também temos, por isso estamos buscando informações sobre o real fechamento e o porquê, os motivos. Então, estamos buscando informações através de requerimento apresentado nesta Casa.

O segundo assunto que me traz aqui de grande importância e já debatido nesta Casa, colocado em pauta por várias vezes nesta Casa de Leis, que é a questão da licença-maternidade de 180 dias. No início desta tarde, por volta das 13h30, estivemos acompanhando o Presidente desta Casa, o nosso Vice-Presidente, mas Presidente em exercício, Antonio Anibelli. Estivemos junto com os Deputados Elton Welter, Alexandre Curi e com a Deputada Beti Pavin, acompanhando um ato no Palácio, com o Governador, que era a sanção da licença-maternidade de 180 dias, da lei da licença-maternidade de 180 dias.

Então, quero aqui parabenizar o Governador Requião pela sensibilidade que tem junto às mulheres servidoras do Estado do Paraná. É uma grande conquista. Sabemos que essa discussão já vem acontecendo há algum tempo.

Eu comentava há alguns dias que no início de 2007, em março de 2007, apresentei um projeto solicitando 180 dias. O Antonio Belinati apresentou na sequência. Tanto o meu projeto como o do Deputado Belinati foram julgados inconstitucionais, foram devolvidos para nós. Depois, na sequência, junto com o Deputado Elton Welter - e o Deputado Elton Welter já havia inclusive elaborado a PEC nº 123 - encaminhamos juntos essa PEC nº 123, também solicitando a licença-maternidade de 180 dias. E temos hoje 16 Estados, com o Paraná 17 Estados que já concederam a licença-maternidade de 180 dias.

Então, estão de parabéns todas as servidoras do nosso Estado do Paraná, porque hoje obtêm essa grande conquista, que é a de poder ficar dois meses a mais

cuidando do seu filho, dois meses a mais podendo aumentar com mais tranquilidade o seu filho, porque hoje o Governador Roberto Requião sancionou essa lei que concede 180 dias.

Quero aqui, mais uma vez, parabenizar o Governador Roberto Requião que, num ato, acredito que com muita justiça, convidou tanto o Deputado Elton Welter quanto esta Parlamentar, quanto os Deputados que estavam presentes naquela Sessão, para assinar juntos essa lei concedendo a licença-maternidade de 180 dias. Quero mais uma vez agradecer.

Concedo um aparte ao Deputado Elton Welter, que também é autor da PEC que concede 180 dias de licença-maternidade.

O Sr. Elton Welter (PT)

Agradeço V. Exa.

Parabenizar V. Exa. e a Casa, que por unanimidade votou o projeto de lei do Governador e já tinha votado a PEC, Agora, o benefício se estende às servidoras públicas do Estado do Paraná. Seria importante fazer uma convocação a todos os Srs. Deputados e à imprensa paranaense, principalmente ao setor privado, para que consolide a Lei nº 11770, de 09 de setembro de 2008. Essa lei foi sancionada pelo Presidente da República e cria o Programa Empresa Cidadão, destinado à prorrogação da licença-maternidade, mediante concessão de incentivo fiscal. Essa lei estende o benefício em nível federal, para o setor privado, para as trabalhadoras da iniciativa privada. A divulgação desta lei estimula o setor privado também e permite que as trabalhadoras possam ter esse benefício estendido, tendo os benefícios fiscais da lei através do imposto de renda, do lucro presumido, que será totalmente revertido novamente à empresa. É fundamental fazermos uma ampla divulgação da Lei 11770, que atende ao objetivo do projeto de V. Exa.

Parabéns! Eu, particularmente, estou muito orgulhoso por esta lei estar vigorando a partir de hoje. Ela teve a sua sanção há três horas. É muito pertinente o seu pronunciamento.

Obrigado.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT)

Obrigada, Deputado Elton Welter.

É claro que todos os Parlamentares desta Casa também estão de parabéns, porque foi unânime a votação desse projeto, inclusive com a retirada de algumas emendas que poderiam atrasar mais a sanção desse projeto. O Governador falou uma coisa importante na sanção desta lei, que mesmo as servidoras que acabaram de tirar os 120 dias de licença-maternidade, que até então era por esse tempo, ele está estendendo para 180 dias. É uma grande conquista para as mulheres e para nós que representamos as mulheres paranaenses. O Governador teve a sensibilidade de estender para as mães que estão de licença hoje.

Parabéns a todos os Parlamentares que votaram favoravelmente a esta lei. Todos somos responsáveis por isso. Reforçar a importância da iniciativa privada, por fazer a mesma coisa, porque obterão ganhos com relação aos impostos, com os incentivos fiscais. Isso é importante, porque a criança vem com mais saúde, com uma amamentação segura por seis meses, com a mãe perto. Quando ela retornar ao trabalho ficará mais tranquila.

Parabéns ao Estado do Paraná, que passa a conceder os 180 dias de licença-maternidade às servidoras públicas do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Deputado Anibelli, como em Londrina, em várias regiões tem pessoas que acompanham as transmissões, e fica a indagação. Fui o primeiro Deputado que trouxe para esta Casa um projeto prorrogando para 180 dias a licença-maternidade, para as mães servidoras públicas do Estado do Paraná, para as mães servidoras públicas do Estado do Paraná. Depois tivemos outras mensagens, dentre elas a da Deputada Luciana - não sei se o Deputado Elton subscreveu também - e posteriormente, a mensagem do Governador, ou seja, o primeiro projeto que caiu aqui em fevereiro de 2007, estendendo a licença-maternidade de 180 dias era de nossa autoria.

O Governador Requião, infelizmente, teve uma atitude que eu considero pequena. O Requião está acima de tudo isto, e dizer que eu não fui convidado para ir à sanção da lei porque sou Deputado da Oposição. E também não estou preocupado em ser papagaio de pirata, sair na fotografia.

Apenas um esclarecimento às mães servidoras do Paraná que estão acompanhando as Sessões da Assembleia Legislativa: eu não fui sequer convidado para ir na festança, mas o importante não é a festa. A nossa homenagem ao Chefe do Poder Executivo, ao Governador, a homenagem a todos que votaram o projeto, e agradeço a Deus por ter tido a feliz ideia, a feliz iniciativa de ter trazido esse projeto aqui, que era tão bom que depois outros Parlamentares vieram com a mesma ideia.

Parabéns às mães servidores, a esta Casa e muito obrigado a Deus, que me iluminou para que eu trouxesse um projeto tão humanitário para esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta Presidência cumprimenta V. Exa., e talvez eu seja o culpado, que foi meio de improviso que nós, antes de o Presidente Nelson Justus viajar, mandou para mim e imediatamente o Deputado Welter e a Deputada Luciana, que estavam na “escolinha”, foram convidados e fomos lá às 13h30 para fazer, assim muito rápido, para que entrasse em vigor ainda hoje.

Mas esta Presidência, de público, lembra que V. Exa. é um dos coautores. Parabéns a V. Exa.

PSDB, com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O que me traz nesta tarde à tribuna deste Parlamento, é levantar aqui alguns questionamentos com relação à malha viária do Estado do Paraná.

Com certeza, pela exposição que farei aqui, os Srs. Parlamentares que rodam o Estado em suas regiões deverão de confirmar a verdadeira realidade e precariedade em que se encontram as estradas do Paraná.

Lamentavelmente, presenciamos o Governo fazer anúncios de investimentos de valores astronômicos em recuperação das estradas paranaense, e isto não condiz com a verdade.

Em alguns determinados momentos, Srs. Deputados, presenciei, sim, oito, 10 meses, algumas estradas sendo recuperadas, mas esta recuperação é tão debilitada que se passaram quatro ou cinco meses e estamos nos deparando com a mesma situação de precariedade, as estradas esburacadas, o asfalto destruído, enfim, me parece que é um tapa-buraco emergencial, o dinheiro vai para o ralo e, infelizmente, as estradas paranaenses estão nas piores condições possíveis.

E venho aqui nesta tarde, exatamente para levantar este questionamento e cobrar do Governo do Estado, que tanto apregoa em seus pronunciamentos que o Paraná está vivendo um momento de extrema tranquilidade, que suas estradas estão altamente preparadas, no sentido de que o Estado está com sua infraestrutura de estradas prontas para alimentar o nosso porto de Paranaguá, no escoamento da nossa safra agrícola. Não é verdade.

Por onde tenho andado neste Estado, por onde tenho caminhado, por onde tenho passado, o que eu percebo é uma malha viária das piores possíveis, com raras exceções.

Mas vou me limitar a alguns trechos do Sudoeste do Paraná, trecho de Barracão a Santo Antônio do Sudoeste, com tráfego de dois, três, quatro, cinco mil veículos diários, intransitável, não há mais como transitar. Falo do trecho de Coronel Vivida a Itapejara do Oeste, já de um tráfego bem menor, mas também com este período de chuva não há mais como transitar. Poderia citar aqui inúmeras da Região Sudoeste do Paraná, que se encontram nessa situação lamentável, onde as estradas sofreram alguns investimentos. Mas, me parece que esses investimentos, na verdade, eram para defender alguns interesses, porque as estradas, cinco, seis meses depois de sofrerem essa recuperação de uma lama asfáltica, voltam à sua origem normal, ficando numa situação de penúria.

Por isso, Deputado Neivo Beraldin, quero realmente manifestar a nossa insatisfação e dizer ao Governo do Paraná: “Parem de falar inverdades, parem de enganar os paranaenses com esse discurso fácil, vazio, de que o Estado está investindo em estradas.” Não é verdade. Temos hoje, com certeza, a pior malha viária, com relação aos demais Estados do Sul.

V. Exa., Deputado Elio, me pede um aparte. Concedo com o maior prazer e quero ouvi-lo, porque tenho a convicção de que a sua região não é diferente do que a Região Sudoeste e as demais regiões do Paraná.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Deputado Ademar Traiano, ouço o seu pronunciamento, V. Exa. vai à tribuna na Sessão de hoje e traz para a sociedade do Paraná aquilo que o senhor convive no Sudoeste. É a mesma questão do Oeste do Paraná. Eu que toda semana viajo, visito os Municípios, cito algumas rodovias: Marechal Cândido Rondon/Santa Helena, Santa Helena/Missal, Missal/Medianeira, Missal/São Miguel do Iguaçu, Santa Helena/São José das Palmeiras, São José das Palmeiras/Ouro Verde do Oeste, Ouro Verde do Oeste/Toledo, para citar alguns. São inúmeras as rodovias que estão intransponíveis. Esta é a verdade.

E alguns podiam dizer: “Mas, com tanta chuva, Deputado. É lógico, com o peso dos caminhões os buracos vão aumentando.”

Ora, teve chuva em todos os Governos, no Governo Jaime Lerner, Álvaro Dias, José Richa, em todos, e agora no Governo Roberto Requião também está chovendo. Agora, o que não dá para entender é que se anuncie aos quatro ventos que nunca se investiu tanto no sistema viário, nas rodovias em perfeito estado. Na verdade, na minha Região Oeste, ao menos eu não presencio isso. Tenho certeza que os Deputados de outras regiões vão falar da mesma forma como estamos falando hoje.

Parabéns a V. Exa. Mas, vamos mostrar o outro lado para a sociedade do Paraná.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Deputado Elio, acho que este é o nosso dever como Parlamentares. Estamos segmentados nas mais diversas regiões deste Estado. Vivenciamos, testemunhamos diariamente a situação das estradas, porque fizemos do nosso mandato um exercício permanente de andança. Peregrinamos por este Estado nos quatro cantos. Nada melhor que nós para subirmos à tribuna e falarmos das estradas paranaenses. Sabemos em que estado estão as nossas estradas.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Concede-me um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Só para fazer uma ressalva, é o seguinte: as estradas do Paraná estão boas, as pedagiadas. As estradas que estão cheias de buracos, quebrando roda de carro e causando acidentes, são as estradas que estão na alçada de conservação do Governo do Paraná, através do DER.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Boa lembrança, Deputado Belinati, é uma grande verdade. As estradas pedagiadas, apesar do discurso que não se encerra nunca, não suporto mais ouvir discurso aqui falando mal das estradas pedagiadas, dos contratos das concessionárias! Aliás, esse discurso aconteceu na

campanha eleitoral da primeira eleição do Governador Requião, que num verdadeiro estelionato eleitoral, acabou vencendo as eleições com esse discurso e até hoje continuam na mesma esteira, no mesmo discurso, na mesma linha, condenando as estradas pedagiadas; mas essas estão boas, o restante é uma verdadeira vergonha!

Deputado Douglas, nós que somos lá do Sudoeste e Oeste, a estrada de Cascavel até o Município de Realeza, por ali transitam milhares de caminhões por dia, porque a safra do Mato Grosso do Sul, a safra ou do Norte passam por ali, caminho para Paranaguá, para o Rio Grande do Sul. Não faz dois anos que fizeram a recuperação dessa estrada e colocaram nela uma balança, e é uma verdadeira vergonha, não dá mais para transitar!

É inconcebível ficarmos aqui jogando dinheiro público pelo ralo, Srs. Deputados. O que está acontecendo, infelizmente, com a Secretaria dos Transportes, é que os investimentos estão na sarjeta, na vala comum! Fazem apenas uma recuperação, um tapa-buraco enganoso. O dinheiro vai, seis meses depois as estradas continuam na mesma condição!

Então, como Parlamentar, não posso me calar, que represento uma das regiões do Estado, eu que ando por este Estado, não posso me calar, não posso me furtar de vir aqui mostrar aos paranaenses a verdadeira realidade das estradas deste Estado. Espero que ainda haja tempo.

Concedo o aparte ao meu amigo, Deputado Douglas Fabrício.

O Sr. Deputado Douglas Fabrício (PPS)

Deputado Traiano, ouço com atenção V. Exa. trazer à tona essa questão das estradas do Paraná. É bom lembrar, V. Exa. já lembrou: o pedágio não abaixou, o pedágio não acabou, e há quantos anos já está o Governo Requião na base do discurso administrando o Estado do Paraná?

Será que é também por causa do problema das estradas que ele está demorando para entregar os ônibus? Talvez seja essa a resposta que estamos tanto querendo saber. E agora V. Exa. me deu uma luz, talvez seja esse o problema da demora, porque não tem como o ônibus ir de avião, não é? Tem que ir pelas estradas, e as estradas com dificuldades, não dá”

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

É uma boa pergunta, V. Exa. deixa uma indagação no ar. Não, é que o treinamento dos motoristas, a demora para o DETRAN expedir os documentos, há uma demora muito grande para que isso possa acontecer, para que os ônibus sejam liberados. Mas tudo bem, esse é um caso a parte.

Vamos voltar à questão das estradas, e quero crer que ainda é tempo: acorde, Requião! Fale com seu Secretário dos Transportes, ajam, tomem as providências, invistam, mas invistam realmente, para que as estradas sejam recuperadas como um todo, não apenas

esse tapa-buraco, com essa lama asfáltica que apenas compromete o Estado, macula a imagem do Estado e acaba fazendo com que o dinheiro público vá para a vala comum e fiquem na sarjeta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

No horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, apenas para fazer um registro, no horário da Liderança da Oposição, porque estava acessando aqui o UOL e uma notícia bastante inusitada: *Com Collor no palanque, Lula critica antecessores*. É um discurso que o Presidente Lula fez agora em Alagoas, com o Collor no palanque. Quem diria, não é, Presidente Anibelli?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Tem um dito popular que diz: *Só falta cavalo voar*. Eu vi o Presidente Collor ontem na nossa TV Educativa, elogiando o Governo Lula e sendo até a favor do terceiro mandato.

Ordem do Dia:

Está encerrada Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 813/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo a Exma. Sra. Secretária da Educação do Estado, o calçamento e a cobertura da cancha de areia no Colégio Estadual Jayme Canet, no bairro Xaxim, em Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 814/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado, o empenho junto ao DNIT e DER, para readequações e melhorias no entroncamento rodoviário das BR-369, BR-487, e PRT-158 e do acesso à UTFPR e futuras instalações do *campus* da FECILCAM em Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 815/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Agricultura e Abastecimento - SEAB, a implantação do Programa de Gestão Ambiental Integrada em Microbacias, a ser realizado na microbacia do rio do Campo, no Município de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3552, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência em plenário no dia 14 de julho do corrente ano, por recomendação médica por forte resfriado e febre de 39°. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 3519, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, requerendo que sejam marcadas Sessões Extraordinárias, logo após a Sessão Ordinária, com diminuição do interstício e diante do entendimento entre as lideranças que anteciparíamos as Sessões de quarta e quinta-feira para o dia de hoje, para que pudéssemos antecipar o nosso recesso, conforme entendimento entre todos os Deputados. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3498, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio dos Deputados Jocelito Canto, Dobrandino da Silva, Caíto Quintana e demais Deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solitando a transformação da Sessão Ordinária de 14/07/09, em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação do Projeto de Lei nº 304/09 - Mensagem 044/09 e Projeto de Lei nº 354/09 - Mensagem nº 052/09. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 223/09, de autoria do Deputado Durval Amaral e outros que altera a redação da Lei nº 13115/01, alterada pela Lei nº 14677/05. (título de Cidadão Honorário e Benemérito). **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 223/09 E 337/08
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Altera a redação dos artigos 1º e 3º da Lei nº 13115, de 14/02/01, alterada pela Lei nº 14677, de 06/04/05, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com a reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

Parágrafo Único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas civis e criminais, com a finalidade de comprovar reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no *caput* deste artigo.”

“Art. 3º O projeto de lei de concessão de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito serão aprovados por maioria absoluta dos integrantes da Assembleia Legislativa.”

Art. 2º Fica acrescentado o artigo 1ºA a Lei nº 13115/01, de 14/02/01, com a seguinte redação:

“Art. 1ºA - Fica vedada a concessão de título de Cidadão Honorário ou Benemérito ao:

I - cidadão que esteja no exercício de mandato representativo;

II - cidadão que tenha sentença/acórdão criminal condenatória transitada em julgado”.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14/07/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 286/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública o Grupo Esperança Vida Nova da 3ª Idade de Diamante do Sul, com sede no Município de Diamante do Sul e foro no Município de Guaraniçu. **Aprovada. (Publ. no DA nº 061/09, de 09/06/09, em Projetos de Lei)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 288/09, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Afro-Brasileira São Jerônimo e São Jorge, com sede e foro no Município de Colombo. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 288/09 A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Afro-Brasileira São Jerônimo e São Jorge - Ile Omo Oni Xango Ati Iemanjá, com sede e foro no Município de Colombo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13/07/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 297/09, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública o Sistema Integrado de Resgate Mauá da Serra - SIRMAS, com sede e foro no Município de Mauá da Serra. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 297/09 A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Sistema Integrado de Resgate Mauá da Serra - SIRMAS, com sede no Município de Mauá da Serra e foro no Município de Marilândia do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13/07/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 324/09, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública a Agência de Desenvolvimento Educacional e Social Brasileira - ADESOBRAS, com sede e foro na Cidade de Curitiba. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 324/09 A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Agência de Desenvolvimento Educacional e Social Brasileira - ADESOBRAS, com sede no Município de Curitiba e foro no Município de Pinhais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13/07/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

3ª Discussão

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 109/09, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que estabelece sanções aos estabelecimentos comerciais que vendam a menores cigarros e bebidas alcoólicas e outros, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/09, que objetiva a criar medalha de mérito da Defesa Civil do Estado do Paraná, destinada a condecorar militares estaduais e federais, civis e instituições que tenham se destacado por relevante participação nas atividades de Defesa Civil. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovado o substitutivo geral da CCJ.

2ª Discussão

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 057/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/09, que autoriza a concessão de subvenção econômica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, para Agência de Fomento do Paraná S/A (sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito para interessados em aderir ao Programa Bom Emprego Pequena Empresa, na forma estabelecida em ato específico). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Em discussão. Em votação.

O SR. FERNANDO SCANAVACA (PDT) (**Pela Ordem**)

Esse item 8 tem um requerimento pedindo adiamento por cinco Sessões deste projeto. Acho que ele merece uma emenda para que os pequenos empresários, que possam ter algum inconveniente num protesto ou num SERASA, possam participar desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Há sobre a mesa, Requerimento nº 3565, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. Está em discussão o requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, recebi a visita do Deputado Fernando Scanavaca, na Liderança do Governo, e ele manifestou uma preocupação em relação a um dos dispositivos desse projeto, que é da maior importância, porque ele cria uma subvenção com o recurso do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE para a Agência de Fomento, para que sobre a modalidade da equalização de taxas de juros em operações de créditos, para interessados em aderir ao Programa Bom Emprego Pequena Empresa.

Esse programa, na verdade, vai conceder um subsídio de até cinco pontos percentuais ao ano, a serem deduzidos da taxa integral. Por exemplo, um financiamento de 11%, a pequena empresa só vai pagar 6%.

O Deputado Scanavaca foi portador de uma manifestação de preocupação, em que a empresa, para ter acesso a esse financiamento, tem que estar adimplente em relação a esse financiamento e tem que atender aquelas condições que são operacionais, do ponto de vista de uma empresa ter acesso a crédito.

O Deputado Scanavaca pretende fazer uma emenda - que ele não pode preparar, do ponto de vista do teor da emenda - em relação àquela questão que envolve, por exemplo, se o comerciante estiver no SERASA, que tenha tido um título protestado em cartório.

Ocorre que eu consultei a própria Agência de Fomento e ela reconhece que não é possível conceder crédito a um empresário inadimplente. Ou seja, inadimplente no sentido de qualquer obrigação que tenha, que não tenha acesso ao crédito.

Entendo que a preocupação do Deputado Fernando Scanavaca é válida, mas vamos só adiar um problema, do ponto de vista que vamos trabalhar, claro, por uma rejeição de uma emenda, e que podemos aprovar esse projeto hoje. Até porque esse projeto aqui está desde o dia 18 de fevereiro, aqui na Assembleia. É um projeto extremamente importante, de criar, de fato, as condições de apoiar a micro e pequena empresa. Efetivamente penso que devemos transferir a responsabilidade, pela aplicabilidade desse projeto, ao Governo do Estado, que foi quem enviou para cá.

Por isso, queria pedir pela rejeição do requerimento de adiamento para que possamos votar ainda hoje esse projeto, tê-lo como resolvido e encerrar esse período do primeiro semestre com a matéria extremamente positiva para a micro e pequena empresa do Paraná, vindo desse programa do Governo do Estado.

Respeitando as preocupações do Deputado Fernando Scanavaca.

O SR. FERNANDO SCANAVACA (PDT) (**Para Encaminhar**)

Seria de vital importância se tivéssemos a emenda que até R\$ 20 mil, um pequeno empresário, um microempresário que tivesse um projeto, pudesse ser ajudado com a Agência de Fomento.

Sei a posição do Deputado Romanelli, que fica difícil a agência dizer que vai dar dinheiro para quem tem um protesto. Mas acho que merece uma emenda nesse projeto que até R\$ 20 mil uma pessoa que tenha um protesto, que por uma dificuldade passou, vai estar gerando empregos no nosso Estado. Até porque esse projeto veio para a pauta pela Gazeta do Povo, depois que fez aquela matéria cobrando do Líder do Governo, que esse projeto ficou parado na CCJ, por vários meses.

Acho que esse requerimento deveria ser aprovado, porque cinco Sessões não vão modificar nada. Esse projeto está desde do começo do ano na CCJ, e agora, no afogadilho do encerramento, é que ele foi posto em pauta. É por isso, que não deu tempo de fazer a emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está em votação o requerimento.

Quem estiver de acordo com a prorrogação votará SIM.

Quem estiver contra a prorrogação, querendo votar o projeto hoje votará NÃO.

Está em votação.

Encerrada a votação.

Votaram 25 Srs. Deputados NÃO, 12 Srs. Deputados SIM. Total: 39.

Está **rejeitado** o requerimento. Votaremos o projeto. 2ª discussão do Projeto de Lei nº 057/09.

Em discussão. Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Questão de Ordem**):

O Deputado Reni Pereira apresentou uma emenda na Comissão de Finanças. O parecer veio da Comissão de Constituição e Justiça e veio sem a emenda que foi aprovada. Uma vez que, de praxe, até entrar em vigor a nova resolução que foi aprovada, alterando o artigo 33 do Regimento Interno, as emendas, segundo me consta, todas vinham sempre para o plenário e não consta aqui na Ordem do Dia a emenda que foi rejeitada na Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito ao Presidente onde é que ficou a emenda, se vamos apreciar ou não.

(**Tumulto em plenário**)

Gostaria que V. Exa. nos respondesse a nossa questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está em votação o Projeto nº 057/09.

Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 304/09 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 044/09, que autoriza o Estado do Paraná a quitar os créditos que detém junto ao Estado de Alagoas, decorrentes de contrato firmado com fundamento na Lei nº 13569, de 29/05/02, no valor de R\$ 106.755.412,19 (cento e seis milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e dezenove centavos). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 304/09

P A R E C E R :

O projeto que ora se discute pretende autorizar o Paraná a quitar os créditos que detém junto ao Estado de Alagoas.

Na discussão na Comissão de Constituição e Justiça o projeto foi aprovado, sendo também pedido de diligências, para que o Estado informasse questões indispensáveis para aprovação da proposta. Como resposta foi enviado documento por parte do Sr. Nestor Bueno, datado do dia 07/07/09.

Superada, em tese, a questão, o projeto veio para esta Comissão de Finanças, a qual compete exarar parecer no que atine aos aspectos financeiros da proposta, é dizer, estudar o impacto do projeto para a economia do Paraná, sob aspecto amplo.

Em se analisando o projeto apenas e tão- somente pelo caráter estrito da legislação correlata, nada há que possa obstar o trâmite do projeto, visto que todas as disposições legais são respeitadas.

Entrementes, para que o texto da Mensagem do Poder Executivo possa vir a ter eficácia e para que cumpra estritamente o papel de quitar os créditos junto ao Estado de Alagoas, liberando por consequência o Estado do Paraná de entraves junto a Secretaria do Tesouro Nacional, é que se propõe a emenda modificativa em anexo. Essa emenda não modificará em nada o objetivo governamental, mas tão-somente terá a força de vincular o valor a ser recebido ao desiderato que se propõe.

Sala das Comissões, em 14/07/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 304/09

Fica modificado o artigo 1º do Projeto de Lei nº 304/09, passando a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Estado do Paraná autorizado a quitar os créditos que detém junto ao Estado de Alagoas, decorrentes do contrato firmado com fundamento na Lei nº 13569, de 29/05/02, mediante o recebimento, em moeda corrente, de R\$ 106.755.412,19 (cento e seis milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e dose reais e dezenove centavos).

Parágrafo Único. A autorização do *caput* objetiva a liberar o Estado do Paraná das pendências junto a Secretaria do Estado do Paraná, bem como do pagamento de multa que vendo aplicada mensalmente ao Estado do Paraná, relativa a privatização do Banco do Estado do Paraná.

Art. 2º Fica o valor a ser recebido por esta lei vinculado a conta específica destinada a saldar as pendências do Estado do Paraná junto a Secretaria do Tesouro Nacional em referência à dívida da privatização do Banco do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 14/07/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01,
AO PROJETO DE LEI Nº 304/09

Art. 1º Fica incluído parágrafo único no artigo 1º do Projeto de Lei nº 304/09, que autoriza o Estado do Paraná a quitar os créditos que detém junto ao Estado de Alagoas, com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

Parágrafo Único. O valor relativo a quitação dos créditos referidos no *caput* deste artigo, será destinado pelo Poder Executivo, preferencialmente, ao custeio de projetos na área de Saúde, Educação e projetos sociais.”

Sala das Sessões, em 14/07/09.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI

FERNANDO SCANAVACA

Apoiamento:

Luiz Accorsi, Duílio Genari e Felipe Lucas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 304/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo objetiva quitar os créditos que o Estado do Paraná detém junto ao Estado de Alagoas.

Fundamentação

A presente emenda modificativa tem por escopo incluir o parágrafo único no artigo 1º e adicionar o parágrafo 2º ao projeto de lei.

Com relação ao parágrafo único que se pretende incluir no artigo 1º, ele não é claro no que almeja, violando o artigo 11, da Lei Complementar nº 095/98, que em seu artigo 11 leciona:

Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

Já quanto ao artigo 2º, o Parlamentar dá atribuição ao Poder Executivo, o que lhe é vedado. Ainda, este vincula receita, o que também é vedado pela Constituição Federal.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a inconstitucionalidade e ilegalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua rejeição das emendas.

Sala das Comissões, em 14/07/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Apoiamento:

Jocelito Canto, Francisco Bühner, Nereu Moura, Tadeu Veneri e Reni Pereira.

COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 304/09
MENSAGEM Nº 044/09

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre autorização para o Estado do Paraná a quitar os créditos que detém junto ao Estado de Alagoas, decorrentes de contrato, que indo a votação, recebeu emenda de plenário de autoria dos Deputados Fernando Scanavaca, Augustinho Zucchi e outros.

A emenda em análise inclui parágrafo único ao artigo 1º ao texto legal com o seguinte teor:

“Art. 1º (...)

Parágrafo Único. O valor relativo a quitação dos créditos referido no *caput* deste artigo, será destinado pelo Poder Executivo, preferencialmente, ao custeio de projetos na área de Saúde, Educação e projetos sociais.”

É o relatório.

Voto do Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deve estar comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais e legais, sendo nosso parecer é favorável a emenda de plenário ora em análise.

Sala das Comissões, em 14/07/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Está em votação.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Então V. Exa. tem a palavra antes do Deputado Jocelito.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Mas pergunto: onde está a emenda?

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

V. Exa. pergunta da emenda da Comissão de Justiça, que teve parecer contrário e que não veio junto ao projeto?

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Não foi publicada, está com o parecer anexo com a emenda, e será votado com parecer contrário. Todos os Deputados terão o direito de encaminhar a votação. Não sei se respondi o que V. Exa. queria.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Perguntei se a emenda será votada em plenário ou não.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Ela teve parecer contrário da Comissão de Justiça, e como existe uma decisão do Presidente Nelson Justus, levantada pelo Deputado Jocelito Canto, as emendas rejeitadas na Comissão de Justiça não voltarão ao plenário. Inclusive houve uma votação alterando o Regimento Interno.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Claro.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Essa alteração do Regimento já foi publicada no Diário Oficial?

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Questão de ordem, Sr. Presidente. Artigo 102. Já quero responder essa pergunta.

(**Assentimento**)

Nós fizemos uma questão de ordem por escrito, e o Presidente da Assembleia respondeu, por escrito, que seria a nova normativa que seria adotada a partir da resposta que foi feita à questão de ordem formulada pelo Deputado Jocelito Canto. Portanto, a partir da resposta da questão de ordem, está definido.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Então, respondendo ao Deputado Elio Rusch, não virá para votação a emenda da Comissão de Justiça.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Então, quero discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

V. Exa. é o primeiro Deputado inscrito para discutir. Em segundo o Deputado Jocelito e em terceiro o Deputado Reni Pereira.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, só lembrar que para discutir tenho 10 minutos, e para encaminhar são cinco minutos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Queria apenas formular a seguinte exposição. Há uma emenda apresentada pelos Deputados Augustinho Zucchi e Fernando Scanavaca. Estamos em votação do projeto e, claro, com as emendas. O que ocorre, Sr. Presidente?

Nós requeremos a Comissão Geral. Não votamos ainda o requerimento de Comissão Geral.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Já votamos. O requerimento para dois projetos já foi votado no início da pauta.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Desculpe-me, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Talvez tenha havido uma falha nossa em dizer que esse projeto estava ...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sim. Perfeitamente. Mas, a questão principal que eu queria colocar é que não é necessário que possamos, primeiro, recebida a emenda, fazer o parecer à emenda e depois é que vamos votar, ou V. Exa. vai encaminhar separadamente depois a emenda, antes ainda do parecer da emenda? É isso que pergunto, do ponto de vista do processo legislativo. É só isso, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

O projeto está em discussão, ressalvada a emenda dos Deputados Zucchi e Fernando Scanavaca, devidamente apoiada ...

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, pela ordem.

Quero colaborar com o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O projeto está em 2ª discussão. Como o Plenário foi transformado em Comissão Geral, se ele não fosse transformado, automaticamente ele retornaria para a Comissão. Então, neste momento, devemos primeiro analisar as emendas. e deixa de existir o Plenário. O Plenário é a Comissão de Constituição e Justiça neste momento, para apreciar primeiro as emendas, e depois vamos votar em Plenário o projeto, ressalvada a emenda. Se as emendas forem acolhidas em Plenário, que é a Comissão Geral, aí vota-se as emendas. Por essa razão o Plenário agora deve ser transformado em Comissão Geral, para analisar as emendas apresentadas, e se as emendas forem rejeitadas, depois se discute direto o projeto sem emenda. Agora, se as emendas, Deputado Romanelli, forem acolhidas pelo Plenário em Comissão Geral, aí vota-se e discute-se o projeto, ressalvadas as emendas. Então, neste momento, temos que transformar o Plenário em Comissão Geral, para analisar as emenda apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Para analisar o projeto e a emenda.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Não, apenas a emenda. Para evitar que vá para a CCJ, é neste momento que temos que votar as emendas, não o Plenário, mas a Comissão, porque o Plenário está transformado em Comissão Geral e tem emendas...

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

A emenda é um acessório do projeto. Não poderíamos votar a emenda sem votar o projeto, que é o principal.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente, eu não sei se o senhor está entendendo correto ou não, mas está certo, porque se tem uma emenda em 2ª discussão, recebida a emenda, o projeto deveria ir para a CCJ. Como estamos transformados em Comissão Geral, V. Exa. colocaria em votação a emenda, que sendo aprovada vai incorporar o projeto; sendo rejeitada, nem vai ser votada junto com o projeto, na sequência, após a votação da emenda. V. Exa..

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Mas o Deputado Elio Rusch pediu para encaminhar o projeto.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Mas eu só posso encaminhar após a análise do Plenário em Comissão Geral.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

O projeto só pode ser votado com a emenda. Não existe uma emenda de 2ª discussão; existe uma emenda ao Projeto nº 304. Temos que discutir o projeto, podemos discutir a emenda.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Presidente, até para colaborar um pouco mais. O projeto que está em 2ª discussão agora, ele acaba de receber uma emenda. Como nós já votamos o requerimento transformando o Plenário em Comissão Geral, agora deixa de existir o Plenário da Assembleia e se transforma em Comissão Geral para analisar a emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Mas V. Exa. não quer discutir o projeto?

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Quero discutir o projeto posterior, não posso discutir agora.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Então vamos votar a emenda.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

O senhor tem que designar um relator para relatar a emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Eu discordo, mas vou me submeter à V. Exa., porque não podemos votar uma emenda no projeto. A emenda é um acessório do projeto, e não ao contrário.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, o projeto tem que ser primeiro as emendas depois. Aprova o projeto, ressalvadas as emendas. Isso é regimental.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Exatamente. Por isso eu dei a palavra ao Deputado Elio Rusch para encaminhar o projeto.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, pelo amor de Deus, nós recebemos uma emenda agora ao projeto, se não analisarmos essa emenda, então tem que ir para a CCJ. Estamos na CCJ, eu não posso encaminhar o projeto agora. Tem que designar um relator para relatar a emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Então, esta Presidência vai aceitar a argumentação, eu discordo, mas como Presidente eu aceito o que V. Exas estão dizendo, com a emenda de Plenário que será lida pelo 1º Secretário, Deputado Jonas Guimarães.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Jonas Guimarães**)
(**Lê emenda**)

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Essa emenda, de acordo com o entendimento do Plenário, que é soberano, vai voltar às mãos do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que foi o autor do projeto da CCJ. Que V. Exa. dê o parecer da emenda.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)
(**Lê o parecer da emenda**)

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está em votação o parecer sobre a emenda. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado** o parecer. Agora entraremos no projeto.

Primeiro orador inscrito, para encaminhar, com a palavra o Deputado Elio Rusch por cinco minutos, sem apartes.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A Bancada da Oposição, através do Deputado Reni Pereira, apresentou uma emenda que visava, única e exclusivamente, garantir que esses recursos, ou seja, os R\$ 106 milhões, ficassem para o Estado do Paraná e que não chegasse ao Banco Itaú. Por que digo isso? Porque o Governo do Estado tem duas dívidas: uma com o Governo Federal, ou seja, com a Secretaria do Tesouro Nacional, e outra com o Banco Itaú. Antes do Governador Roberto Requião enviar essa mensagem para a Casa ele recebeu uma carta do Governador de Alagoas. O que o Governador de Alagoas disse nessa carta, entre tantos outros adjetivos, que justificaram a propor essa negociação com o Governo do Estado? *Item 6: É nesse contexto que acredito, apesar das dificuldades econômicas que ainda persistem, ser chegada a hora de pôr fim a pendência entre Alagoas e Paraná. Antecipando por um lado, o prazo pactuado para 2012, mas por outro lado liberando ambos os Estados dos entraves reiteradamente colocados pela União, por meio de seus mais diversos órgãos, o pressuposto da existência de contratação de operação de crédito por entes federados.*

Sr. Presidente Deputado Antonio Anibelli, olha que o Governador escreve na sua mensagem, quando envia essa lei para a Assembleia: *A resolução do negócio tem como consequência principal do Estado do Paraná a liberação das pendências junto a Secretaria do Tesouro Nacional, reiterando os entraves que impedem a obtenção de empréstimos e, especialmente, dando fim ao pagamento da multa que vem sendo aplicada, mensalmente, relativa à privatização do Banco do Estado do Paraná.*

O Deputado Reni Pereira, quando relator na CCJ, não iria relatar. O Deputado Romanelli, num entendimento, disse o seguinte: “Vamos votar na Comissão de Constituição e Justiça e não se vote esse projeto na Comissão de Finanças, antes de receber todas as informações elencadas por V. Exa. nessa comissão.”

O que o Governo do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda, escreveu? Não são palavras do Elio Rusch, são palavras da Secretaria da Fazenda: “Contrato de compra e venda de títulos públicos com caução, celebrado entre o Estado do Paraná e o Banco do Estado do Paraná, com a interveniência da União e do Banco Central do Brasil, em 3 de março de 1999, cópia anexa.”

O nosso objetivo, Srs. Deputados, ao apresentar essa emenda ao projeto, era, única exclusivamente, de garantir ao Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, quando aprovado esse projeto, que esses recursos não pudessem, de uma ou de outra forma, bloqueados para outra finalidade, mas sim serem usados, exclusivamente, para aquilo que o próprio Governador escreve, não só para resolver a pendência da multa, mas para resolver a pendência, também, do Governo do Estado junto à Secretaria do Tesouro Nacional, ao Banco Central que, atualmente, está impedido de fazer qualquer empréstimo.

Essa era a nossa salvaguarda, mas infelizmente, Deputado Anibelli, Sras. e Srs. Deputado, a emenda foi rejeitada e o que nós queríamos era, única e exclusivamente, preservar o nosso Estado. Nunca ninguém falou para defender o Banco Itaú, ou qualquer instituição financeira.

Quero dizer que a nossa preocupação, única e exclusiva, era para preservar o patrimônio do Governo do Estado. Que dizer que quando veio esse título para a Assembleia, imediatamente, qual foi a nossa preocupação? É um título, é um crédito que o Governador do Estado tem com Alagoas, que vence em 2010. É um crédito, líquido e certo que o futuro Governo iria receber. Mas, existe um acordo, e essa repactuação que foi feita entre o Governo do Estado do Paraná, entre o Governo de Alagoas e a Secretaria do Tesouro Nacional, ou seja, com o Governo Federal, foi repactuado. E nessa repactuação dos títulos que o Governo do Estado tinha com Alagoas, chega algo em torno de 270 milhões, 170 milhões nessa negociação nessa negociação que foi feita entre os três Governos, dois Estaduais e um Federal, o Governo Federal emitiu novos títulos, documentos.

No tempo do Governador Jaime Lerner, esses títulos foram esquentados, foram transformados em ativos, em dinheiro. Eu não sei onde foram usados. O Líder do Governo, Deputado Romanelli, disse que foi para o ParanaPrevidência, no futuro financeiro, para pagar a folha e pagar o 13º Salário. Esses 170 milhões, o Governo do Estado repactuou em 30 pagamentos, a primeira parcela venceria em janeiro de 2003. O atual Governo rompeu esse acordo que o Governo do Estado tinha com a Secretaria do Tesouro Nacional em pagar os R\$ 170 milhões. E por esse rompimento de contrato, o Governo do Estado hoje paga uma multa, algo em torno de R\$ 5 milhões.

O queríamos aqui na Assembleia Legislativa? Incluir no corpo da lei, única e exclusivamente, aquilo que o Governo do Estado de Alagoas e o Governo do Estado do Paraná, Roberto Requião, enviar os documentos que vieram para a Assembleia Legislativa que dizem, os dois Governadores, que é para resolver o problema junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

O projeto, da forma como ele está, não diz nada. Diz apenas que o Governo está autorizado a receber antecipadamente os recursos com o deságio de R\$ 20 milhões, nos valores de hoje. Hoje o Paraná tem em haver, corrigido, 126 milhões, em números redondos e vai receber 126 milhões. Vamos deixar de receber R\$ 20 milhões. Essa é a verdade. Alguém pode dizer: “Mas, quem garante que em 2012 nós vamos receber?” Ora, foi pactuado entre o Governo do Estado e junto com a Secretaria do Tesouro Nacional.

Então, não tem como dizer que queríamos que esse dinheiro fosse usado para o Banco Itaú. Não, longe disso! O dinheiro, essa antecipação, seja usada para resolver o problema junto à Secretaria do Tesouro Nacional, como disse o Governador Roberto Requião. Essa é a garantia. Mas, quem nos garante que após aprovarmos essa lei aqui na Assembleia Legislativa, que alguém não possa querer entrar na Justiça e bloquear? Aí pergunto ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, Líder do Governo: nós que discutimos esse projeto e V. Exa. disse que, com toda a certeza, esse dinheiro, de forma alguma, iria para o Banco Itaú? Eu gostaria que V. Exa., depois, no seu encaminhamento, desse essa garantia para nós os Deputados, que essa negociação está sendo feita e que esse dinheiro não vai para o Banco Itaú, mas fique com o Governo do Estado, mas que principalmente seja usado para resolver a questão junto à Secretaria do Tesouro Nacional, conforme escrito e assinado pelo Governador Roberto Requião e conforme escrito e assinado pelo Governador de Alagoas.

É essa a Minha colocação. Agradeço, Presidente, pela compreensão que teve em relação à discussão desse projeto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Obrigado, Sr. Presidente.

O que estamos discutindo aqui, acho que depois teremos uma aula sobre o BANESTADO e esses títulos, com o nosso grande Deputado Neivo Beraldin, que

juntamente com alguns Deputados realizou a maior CPI da história deste Legislativo, a melhor e uma das poucas que não terminou em pizza. Ela poderia ter mais desdobramentos. O Deputado Neivo se viu obrigado a andar com seguranças durante aquele período, passou momentos de tensão, mas não arredou o pé e cortou na carne. Se os senhores leram o livro que estou lendo, o relatório da CPI, irão perceber isso.

O prejuízo que esse banco deu a você, paranaense, é algo nunca imaginado por vocês. Um exemplo, 65 milhões pagos todos os meses, corrigidos mensalmente. Todos nós paranaenses pagamos.

Você, que às vezes vai ao posto, ao hospital, que reclama por estradas, rodovias, como agora há pouco vi, tudo isso é porque, lá atrás, alguém não cuidou do patrimônio deste Estado. Todo dia 30, este Estado se obriga a pagar 65 milhões, mais os juros. Quem sabe alguns de nós, aqui, nem vejam, o final deste pagamento, pois esta conta vai até 2029. O Paraná vai pagar algo que não precisaria ser pago, se tivesse tido decência.

Eu me assustei quando o Deputado Kielse disse desta tribuna, hoje, que os Deputados, ao votarem essa questão do BANESTADO, não sabiam o que estavam votando. Não são palavras minhas. O Deputado Neivo fez um aparte e contou da tragédia que foi a venda desse banco. O eminente Parlamentar Kielse - está nos Anais da Casa, o pessoal da taquigrafia já escreveu, os senhores assistiram em casa - largou essa "pérola". Os Deputados não sabiam o que estavam votando. Vejam que grave! Vendemos o banco e vamos continuar pagando uma conta, que foi parar no bolso de alguns espertalhões. Cito um exemplo, US\$ 36 milhões, em um ano, Paraná! Volto a repetir, Paraná, US\$ 36 milhões! É por isso que a imprensa não quer falar disso, é por isso que a imprensa foge como do diabo da cruz quando falo em BANESTADO.

E hoje o Deputado Neivo me passa aqui os números. Teve rádios que foram compradas com esse dinheiro, teve jornais que se agigantaram, teve televisões que engrandeceram com o suor das criancinhas mortas, assassinadas neste Estado.

Eu era Prefeito lá atrás nesse período e não tinha dinheiro para as UTIs lá de Ponta Grossa, não tinha dinheiro. Eu via o Governador, conseguimos as UTIs em Brasília, não tinha dinheiro para credenciar as UTIs - hoje eu não vejo alguém reclamar das UTIs, hoje o Governo credencia e dá o equipamento - eu sofri para arrumar os equipamentos, vim credenciar as UTIs e não consegui. Não tinha dinheiro, segundo o Governador da época.

Mas aí eu abro aqui e descubro que o banco deixou uma dívida que o Estado teve que pagar, e que esse dinheiro pago é o que estamos pagando todo mês. E foi muito dinheiro. Desses US\$ 36 milhões, televisão, US\$ 1 milhão e 400 mil; jornais, 9 milhões; patrocínios, US\$ 5 milhões; quase 5 milhões gastos em rádio. Foi aí, Deputado Cheida, que se comprou as famosas rádios no Paraná. Que beleza, não é? Você comprar uma rádio com o dinheiro da comunicação do Estado.

Então, Sr. Presidente, quando votamos aqui, e vejo de lá o Deputado Elio Rusch dizer que o Governo quer pegar o dinheiro agora, eu acho que tem que pegar mesmo e gastar o dinheiro na Saúde, nos hospitais, nos novos hospitais, na Educação, mas principalmente na Saúde.

Por isso, voto a favor, para que este dinheiro venha logo, porque ele já matou muita gente, esse tema, no Paraná. Quantas crianças morreram quantas pessoas perderam a vida?

Vamos aproveitar, antes que suma esse dinheiro! E quero dizer que depois do período de recesso farei um requerimento, vou solicitar ao Governo para ver se é verdade que o dinheiro que foi pago antecipadamente, recebido de Alagoas, Deputado Cheida, se foi mesmo para pagar o 13º dos funcionários, ou foi para pagar alguma coisa que não sabemos o que é. Me chamava a atenção agora a memória aqui, quando o Deputado Elio Rusch falava: "Ah, foi para pagar 13º em 2002." O Governo Lerner pegou o dinheiro antecipado e pagou o 13º e os salários? E eu pergunto: não tinha Lei de Responsabilidade Fiscal? Em 2002 tinha a Lei de Responsabilidade Fiscal. Podia o Governo fazer isso? Podia? O Governo, no último ano de Governo, fechando as portas, pegar o dinheiro, antecipar, e pelo que eu sei não foi o Estado de Alagoas que ofereceu para pagar, não, parece que o contrário.

Agora, depois do recesso, vou requerer aqui nesta Casa ao Governo para onde foi esse dinheiro, se realmente foi pago o 13º e a folha de pagamento dos funcionários. E se foi pago, senhores, é preciso prestar atenção, porque um Governo desorganizado não ia pagar os funcionários, se não tivesse esse dinheiro. Ia fechar como o final do ano, último ano do seu mandato? Para parar e pensar.

Por isso voto a favor e quero dizer que o Paraná fique atento, porque vou começar a mostrar, nos próximos dias, coisas que já foram mostradas, mas que não se prestou atenção, e que o grande herói de tudo isto é o nosso eminente Deputado Neivo Beraldin, que fez a maior CPI. Tem alguns presos, tem outros que estão para serem presos, outros que pagaram fiança, tem uns que usaram da influência que tinham no passado e conseguiram desbloquear bens, e assim vai. Isso é coisa do apoio, do acerto político, desbloqueou bens, está tudo bem, outros estão presos, outros pagaram, outros os processos estão engavetados. Ao contrário quando são os Prefeitos do interior. Agora, aqui é diferente, tem muita gente envolvida. E vamos aguardar, porque tenho certeza, Deputado Neivo Beraldin, V. Exa. merece a verdade nesse caso da CPI do BANESTADO. O que roubaram deste Paraná! Supostamente! Pega mal. Vou usar sempre a palavra de respeito: supostamente; ladrões em tese, não se pode afirmar. Se fosse um coitadinho lá na periferia, ele seria escrachado, como um bom repórter policial, roubou, assaltou, matou. Agora, é um colarinho branco, é o cara poderoso, é o cara que já comandou um Poder, e tem muita gente envolvida nesses Poderes. Esses Poderes estão envolvidos até o pescoço, e é preciso que alguém fale, tenha coragem, não tenha medo, enfrente os poderosos que muitas vezes costumam dar o que chamamos até de decisões favoráveis ou contrárias.

Mas, saiba você Paraná, que você paga todo mês. Quando faltar remédio, quando faltar asfalto, quando faltar comida, lembre-se que supostamente uma quadrilha andou aqui. Não roubou, supostamente carregou de balde, fez a festa. E o resultado sobra para o povo até 2029. Viva os supostos ladrões do Paraná!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Para discutir, Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Discutir)

Deputado Jocelito Canto, é bom não fazer certas afirmações, até porque as coisas mudam muito. O que vi hoje, e V. Exa. também viu na CCJ, cada vez mais me diz o seguinte: em boca fechada não entra mosquito. Em política, só falta ver cavalo voando.

Temos, Sr. Presidente, que discutir a conveniência dessa financeira que o Estado do Paraná está pedindo autorização.

Primeiro que o negócio não é bem assim. Tenho aqui uma carta do Dr. Nestor Bueno, uma pessoa que admiro e respeito muito, que trouxe pessoalmente várias respostas a quesitos que formulamos, quando do primeiro relatório do Deputado Romanelli na CCJ.

Uma das perguntas que tinha, até porque estamos aqui levantando uma coisa que é histórica para o Paraná, a questão da privatização do BANESTADO. E a dívida que temos é bem maior. Por exemplo, a título de ilustração, o valor da dívida referente a esses 106 milhões, já é 311 milhões. Quer dizer, o povo do Paraná, não o futuro Governador, mais dia, menos dia, isso terá que ser pago, o valor é três vezes mais do que estamos recebendo. Mas, temos uma questão do impacto financeiro do Estado do Paraná. Já que o valor desses títulos de Alagoas hoje estariam em mais de 126 milhões e estamos dando um presente de 20 milhões, estamos abrindo mão de receber. O Estado do Paraná, graças a Deus, é um Estado bom, ele pode se dar ao luxo de presentear os outros Estados, principalmente porque o Estado de Alagoas está pleiteando um empréstimo do Banco Mundial, e uma das condições é resolver essa situação com o Estado do Paraná.

Então, estamos dando uma autorização que, dentre outras condicionantes, depende da aprovação e exame pela Secretaria do Tesouro Nacional do empréstimo do Banco Mundial, se isso ocorrer, aí Alagoas vai pagar; se não ocorrer essa autorização do empréstimo, Alagoas pode simplesmente dizer: “Eu não vou conseguir o empréstimo, não vou pagar.” Então, é uma vontade de pagar, e pagar com desconto.

Agora, o que procurávamos na emenda que eu tive a honra de apresentar como relator da Comissão de Finanças, mas atendi aqui um pleito levantado pelo Deputado Elio Rusch e tantos outros Deputados, é que só justificariamos essa renúncia de R\$ 20 milhões se aquilo que o Governador Roberto Requião colocou na mensagem que enviou a esta Casa no dia 15 de junho, fosse verdadeiro, que ele diz que o Governador de Alagoas

apresentou uma proposta de resolver o contrato entre o Estado do Paraná pelos 106 milhões. No parágrafo 3º da mensagem diz que a resolução do negócio tem como consequência principal - veja bem, Deputado Stephanes, V. Exa. foi Secretário da Administração deste Estado, sabe o que esta mensagem está dizendo - que o principal para o Estado do Paraná não é receber os 106 milhões, mas resolver esse negócio, e que a consequência principal ao Estado do Paraná é a liberação das pendências junto à Secretaria do Tesouro Nacional, retirando os entraves que impedem a obtenção de empréstimos, e especialmente dando fim ao pagamento da multa que vem sendo aplicada mensalmente, relativa à privatização do Banco do Estado do Paraná.

Aceitei relatar, Deputado Elio Rusch, inclusive favoravelmente, e disse ao Dr. Nestor que iria colocar isso, porque aí sim o Estado do Paraná está abrindo mão de 20 milhões, está dando um desconto, mas por outro lado deixaremos de pagar 5 milhões por mês, e é isso que disse a mensagem do Governador. A mensagem, segundo um decreto que a assessoria hoje me mostrou, na CCJ, o artigo 38 do Decreto nº 4176, que regulamentou a Lei Complementar Federal nº 095, diz que a mensagem nada mais é do que uma exposição de motivos.

A exposição de motivos deverá, no inciso I, justificar e fundamentar a edição do ato normativo, ou seja, da lei, de tal forma que possibilite a sua utilização como defesa prévia em eventual arguição de inconstitucionalidade.

Eu apresentei, na Comissão de Finanças, uma emenda dizendo tão-somente isso: que o Estado do Paraná, o Governador, estavam autorizados a celebrar esse negócio para resolver com Alagoas e liberar o Estado do Paraná. Atendendo a pedidos do Deputado Dobrandino, do Deputado Lemos e da Deputada Rosane, que estavam na CCJ, desdobramos, Deputado Romanelli, e daí o equívoco de lá constar Secretaria do Estado do Paraná e Secretaria do Tesouro Nacional, desdobramos essa condicionante para um parágrafo único em relação ao artigo 1º. Para quê? Para que se, eventualmente aquilo que eu presumo que possa acontecer, - tenho certeza que V. Exa. até firmou um compromisso de assumir que não vai ocorrer isso - aquilo que eu temo que aconteça, o Banco Itaú que tem um corpo jurídico muito eficiente, alegar que, de acordo com o contrato que foi celebrado no ano de 2002, 17 de junho de 2002, pelo Estado do Paraná com o Estado de Alagoas, no parágrafo 2º diz que se o Estado receber em dinheiro, que é o que estamos votando aqui, o valor devido por algum dos emissores do título, temos quatro emissores do título, temos Alagoas, Osasco, Guarulhos e Santa Catarina, objeto dessa compra e venda, o Estado fica obrigado a transferir ao BANESTADO para amortização da dívida.

Quem comprou o BANESTADO? O Itaú. Portanto, o Estado está obrigado por esse contrato de compra e venda, celebrado em 2002, a repassar ao Itaú.

Esse é o meu temor e por isso que fiz a emenda. Se alguém está advogando para o Itaú é quem não quer

condicionar o recebimento desse valor à resolução da multa. Se deixasse essa emenda, se o Itaú entrasse na Justiça com uma liminar, tentando bloquear esse dinheiro, ele diria: “Tenho uma autorização da Assembleia Legislativa, que me diz que posso celebrar o negócio com Alagoas, se for para resolver a pendência que temos com a Secretaria do Tesouro Nacional. Se é para pagar o banco Itaú eu não vou realizar o negócio, porque não vou tirar dinheiro do povo do Paraná para dar para o Banco Itaú”. Agora não. Preferiram não à emenda do Deputado Reni, não pode constar!

Outra questão que colocamos, já que o Estado de Alagoas alega que com essa transação resolve o problema, junto a Secretaria do Tesouro Nacional, de Alagoas e também do Estado do Paraná.

Colocamos um parágrafo 2º de maneira a ser vetado também, se fosse desnecessário. O dinheiro ficará numa conta vinculada à Secretaria do Tesouro Nacional, desde que essa resolva a questão das pendências do Estado do Paraná. Também não aceitaram.

Quero aqui dizer, Deputado Anibelli, que fizemos a nossa parte. Não sou Juiz para condenar nenhum Deputado que estava aqui em 2002. Infelizmente, eu não estava, mas não quero, na legislatura que vem, se não estiver aqui, e nem na próxima legislatura, porque um dia essa irresponsabilidade será cobrada do povo do Paraná, não quero ver Parlamentares aqui cobrando negligência desta legislatura.

Fica aqui o alerta. O Diretor Nestor Bueno foi bem claro, disse que não é um bom negócio para o Estado do Paraná, e realmente não é. Pode ficar pior? Pode ficar pior, pode que o próximo Governador de Alagoas não queira pagar, mas pelo menos nós temos em haver. Agora, o que acontece, é que a partir do momento que nós recebemos, só teremos a obrigação que continua crescendo pela taxa SELIC.

Quero aqui dizer que respeito e jamais colocaríamos, no entendimento com o Deputado Elio Rusch resolvemos, inclusive, não entrar com recursos, mas queremos ouvir o compromisso, porque o Deputado Romanelli, com certeza, não fala só em nome próprio e em nome de Líder. Ele vai ter que assumir esse compromisso que esse dinheiro não vai para o Itaú. Caso contrário, a nossa iniciativa era para resguardar o interesse do Estado do Paraná. Se não resolvesse o problema da multa, que é o que o Governador alega aqui na mensagem, que esse negócio, a consequência principal é a resolução do negócio, a liberação das pendências e o fim do pagamento da multa, nós iríamos atrelar isso no projeto. Mas perdemos, reconhecemos que o Governo tinha a maioria na CCJ, aliás, estranhamente fiquei sozinho, Deputado Elio Rusch, V. Exa. não faz parte da CCJ, mas mesmo assim fizemos o nosso papel e reconheço a derrota, mas gostaria que tivéssemos essa responsabilidade. A responsabilidade que muitas vezes não existiu no passado, mas somos responsáveis pelo presente e pelas consequências futuras.

Não podemos autorizar olhando no passado: temos que olhar o presente e as consequências futuras. A minha discussão é em torno disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador inscrito, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje, Deputado Reni, voltamos a discutir mais um capítulo do BANESTADO. Vou votar a favor, embora V. Exa. não tenha me pedido voto como Líder do Governo. Mas vou votar a favor, com uma mágoa dentro do peito, porque quando esses títulos, títulos podres, foram emitidos por Osasco, Guarulhos e Maranhão, e outros, Pernambuco e Santa Catarina, a carteira do Banco do Estado, a corretora Banestado foi lá e comprou, com o nosso dinheiro, do povo do Paraná, R\$ 428 milhões esses títulos. Aliás, o ex-Senador, hoje Governador Requião, questionou isso no Senado longamente, a validade desses títulos. E o Banco Central pouco se lixou, na época, e na verdade nós assumimos, compramos esses títulos por mãos de paranaenses irresponsáveis, sem amor no coração e sem piedade dos mais humildes. Porque os mais humildes hoje não tem as 4 mil casas populares por mês, como disse muito bem o Deputado Jocelito Canto, não tem 4 mil casas populares a mais por mês, porque recebemos no repasse menos R\$ 65 milhões todos os meses, tabela SELIC, até março de 2029.

Sinceramente, se fosse Governador de Alagoas, eu pediria desculpas ao povo do Paraná por ter emitido algo que não tinha validade real. E agora vem pedir desconto da sua conta. Agora prestem atenção: o Banco Itaú comprou esses títulos por 2% do seu valor. Quando o Itaú adquiriu o BANESTADO, ele comprou os títulos a receber por 2% do valor de face. E o Governo Lerner, na época, ainda teve a coragem e a cara-de-pau de dar como garantia a esses títulos, ações da COPEL, de uma empresa superavitária, de uma empresa lucrativa, de uma empresa que gera a energia mais barata que podemos ter no mundo, que é a energia através das forças das nossas águas.

Então, hoje se temos brasileiros, banqueiros do Itaú tenham piedade do povo, liberem o Paraná. Senado Federal, libere o Paraná dessa multa, porque essa multa é injusta. Vamos tentar recolocar as coisas dentro dos trilhos. Se no passado não tivemos responsabilidade com os nossos governantes, vamos hoje, na condição de responsável o Banco Central, também é responsável, aliás o Banco Central é o único responsável, porque ele tem a incumbência de fiscalizar os agentes financeiros deste País. O Banco Central estava junto na presidência do Banco do Estado, ao lado do Tribunal de Contas, ao lado do Ministério Público do Estado vendo um Banco do Estado sendo sacado, sendo roubado. Por que não interviu? Por que não federalizou? Esta era a grande questão.

Fez com outros Estados, federalizou outros bancos. O povo dos outros Estados que tinham bancos públicos não estão pagando essa conta que estamos pagando.

Mas assim não agiu o Banco Central. Sabe por quê? Porque o Governo da época, esperta e rapidamente, quando viu que o BANESTADO estava sendo administrado por uma quadrilha - segundo disse a Tereza Grossi, então Diretora do Banco Central - rapidamente contraiu um empréstimo para sanear o banco, para pagar o seu rombo em todas as suas 13 empresas dos conglomerados; Reformou as 400 agências, deixou tudo bonito; abriu a dataroom do banco, para que os interessados pudessem comprar rapidamente.

Houve glória, houve festa, quando se vendeu o banco por 1 bilhão e 600. Um banco que tinha mais de 1 mil e 500 imóveis, prédios, fazendas, títulos a receber. Um banco de 70 anos de história, de tradição, de uma economia de um estado que tem R\$ 23 bilhões.

Olha, eu digo isso, alguém pode dizer, refletir: “Será que no passado o Banco do Estado não dava prejuízo, não tinha corrupção? Tinha.

Mas, em 1995, o Governo Lerner escreveu uma carta confidencial ao Banco Central, quando disse: “O Banco do Estado tem 303 milhões de ativos. O Banco do Estado é importante, é fundamental para a economia do Paraná. Temos que manter o nosso banco”.

Em 1996, 200 e poucos milhões de prejuízo; em 1997, 500 e poucos milhões de prejuízo; em 1998, 2 bilhões e 800 milhões de prejuízo.

Então, não sei como essa gente ainda consegue caminhar nas ruas, ainda conseguem olhar para os parceiros paranaenses, brasileiros, ainda consegue dizer: “Oh, S. Eva.” S. Exa., o senhor malandragem! Uma verdadeira quadrilha, que se apoderou do nosso dinheiro. Daí eu compartilho com o Governador Requião essa mágoa.

Por isso, tenho fé que o Senador Osmar Dias, em Brasília, vai conseguir fazer com que o banco Central assuma essa responsabilidade e libere o Paraná dessa multa. Para fazer justiça a um povo que trabalha, a um povo que quer progresso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Vou encaminhar a votação. Não vou discutir o projeto como está sendo colocado aqui, porque podemos dar já a nossa posição com relação à questão do projeto.

Particularmente, votei contra a venda do banco. Mas, enfim, já é um problema criado há muito tempo, e quero dizer a razão pela qual vamos votar a favor deste projeto encaminhado pelo Governo do Estado.

Achamos que é importante que se receba aqui o que se puder receber desse título, mas que não seja colocado para o Itaú, ou para não sei aonde, porque aí seria admitir a validade de tudo aquilo, que na minha opinião, o Governo atual, na minha opinião, contesta, preservando o interesse público do Paraná. Opinião pessoal. Acho que o Governo, ao tentar na Justiça, evitar que as contas do Paraná ficassem com o Banco Itaú, ao tentar anular esses malfadados títulos, o Governo buscava preservar o interesse público.

Não estou fazendo nenhuma defesa do Governador. Estou dizendo que o Governo do Paraná, na minha opinião, agiu de acordo com o interesse público nesse sentido. Então, estar recebendo esse recurso, é importante que esse recurso seja aplicado nas políticas públicas do Estado: Saúde, Educação, projetos sociais.

Aliás, quero agradecer ao Líder do Governo, Deputado Romanelli, que está apoiando emenda apresentada por mim de pelo Deputado Scanavaca nesse sentido, para deixar clara a posição que temos com relação a essa questão.

Acho que o que vai resolver a questão da multa é o projeto encampado pelo Senador Osmar Dias no Senado Federal. Aliás, já se arrasta há algum tempo este projeto para que ele seja votado. Mas, me parece que agora, e ontem me falava o Senador, me parece que agora há a possibilidade de que seja votado esse projeto e de que o Paraná seja livre, não apenas da multa, porque muita gente fala da multa de 5 milhões. Mas não é só a questão da multa. O Paraná, hoje, não pode ter um empréstimo, não podemos contrair um empréstimo para apoiar a agricultura, não podemos fazer um empréstimo para fazer um programa de proteção de fontes no Estado do Paraná. Não podemos ter, absolutamente, nenhum crédito, por conta dessa questão da multa que é fruto desse processo todo dos títulos.

Para resumir: apenas dizer que somos favoráveis ao projeto, vamos votar favoravelmente e acho que é dever do Estado trabalhar de todas as formas para que o Estado não possa arcar com esse ônus terrível que adveio da venda, lamentável, do Banco do Estado do Paraná naquela oportunidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Está em discussão o projeto. Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fiquei impressionado com a qualidade dos pronunciamentos que ouvi aqui nesta tarde. Fiquei impressionado com a memória do Deputado Neivo Beraldin, que fez um relato, diria histórico, cronológico, sob um período de que nós todos, paranaenses, certamente nos envergonhamos.

Eu estava aqui nesta Casa para votar contra a privatização do BANESTADO. E sempre me perguntei: por que não se federalizou o Banco do Estado? Os catarinenses federalizaram o BESC, os gaúchos encontraram uma solução para o BANRISUL, como outros Estados fizeram. Aqui não! Aqui havia um esqueleto no armário, esqueleto da famosa, suposta corrupção havia naquele período e os esqueletos todos, na verdade, tinham que ser enterrados junto com o Banco. E todos sabemos, aqui, só de crédito tributário que foi apropriado pelo Banco Itaú, 1 bilhão e 700 só de crédito tributário. Ou seja: todo mundo sabe que ganharam aqueles que compraram o Banco do

Estado, ganharam aqueles que ficaram com aquela carteira daqueles ativos que foram vendidos para um tal de Rio Paraná, que fez até uma liquidação para receber. Aliás, dizem que têm umas figuras aí, que pertenceram ao Governo anterior e que são proprietários da tal da Rio Paraná. Ou seja: na verdade, ganharam muito dinheiro e todos sabemos disso.

E estamos hoje votando um tema que, sinceramente, não gostaria de estar votando isso aqui. E não gostaria, Deputado Reni, porque sabemos o tamanho do prejuízo que isso aqui significa para o Estado do Paraná. Não são os 20 milhões que o Paraná vai deixar de receber, para tentar receber, pelo menos, essa dívida, por 106 milhões, quando pela TR corrigida poderia ser calculado em 126 milhões. Embora se corrigida pela taxa SELIC, na dívida inicial, daria 98 milhões.

O fato é que estamos tratando de um tema de interesse público. A dívida está sendo discutida judicialmente e poderemos ter, sim, a solução desse grande impasse que temos que resolver com a Secretaria do Tesouro Nacional se, na verdade, conjugarmos duas situações. A primeira é resolvermos esse contrato de empréstimo irregular que o Paraná tem com Alagoas. Não poderíamos, em 2002, ter feito aquela operação, quando houve a troca dos títulos de Alagoas por títulos federais, ter feito a venda dos títulos federais e ter o Governo, de então, utilizado R\$ 170 milhões e emprestado 106 milhões para Alagoas, em dinheiro! Esse dinheiro foi emprestado para Alagoas, com a promessa de pagamento daqui a 10 anos. Votamos, esta Casa aqui votou uma lei autorizatória dessa operação e esse contrato é regido pela Lei n° 13569. Não está vinculado àquele segundo termo aditivo, que já foi anulado pela Justiça, porque foi quando o Governo de então deu como caução, o então Governo do Jaime Lerner, para falar com todas as letras, foi no período do Governo Jaime Lerner, que deu como caução das ações ordinárias da COPEL. As ações que dão direito a voto!

Todo mundo sabe: o Paraná pagou duas vezes! A primeira, quando o Banco do Estado comprou, através da corretora, na tal da “Cadeia da Felicidade”, um titulozinho que começou sendo vendido com deságio de 80% e foi comprado aqui pelo título da face. Só aqueles “bondosos”... Já concluo, Sr. Presidente!

Estamos vivendo aqui um tema que é complexo, somado a essa solução com a questão da aprovação do projeto que está sendo trabalhado pelo Senador Osmar Dias. No Senado da República teremos a solução para esse grande impasse.

E por que da rejeição das duas emendas? Primeiro porque uma emenda que era absolutamente uma intenção, uma manifestação do pensamento, que não é possível ser realizado através de um parágrafo único. A segunda é: por que não se agregar numa conta esse dinheiro? É justamente para impedir que o Banco Itaú venha, entre na Justiça e pegue esse dinheiro. Porque esse dinheiro vai ser pago para o Tesouro do Estado, dinheiro também da Secretaria do Tesouro Nacional.

Se colocarmos esse dinheiro numa conta que seja separada, uma conta segregada, não tenho dúvida: o Banco Itaú, Deputado Reni Pereira, não tenha dúvida que é o que tem maior interesse em ter o dinheiro separado para ir lá buscar, dinheiro que ele não tem direito, mas que vai lutar. E não tenho dúvida de que haverá de ter alguém que, de forma inadvertida, é capaz de conceder, em sede de uma tutela antecipada, o bloqueio desses R\$ 106 milhões.

Por isso não podemos correr o risco com essa emenda e encaminhamento, única e exclusivamente, pela aprovação da emenda proposta pelo PDT, que é uma forma de poder, de fato, dizer quais são as questões prioritárias para o investimento desses R\$ 106 milhões, mas não às emendas que querem a segregação.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

Fica registrada a abstenção dos Deputados Elio Rusch e Plauto Miró Guimarães.

Está em votação a emenda. **Aprovada.**

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pelo que se registre o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Será anotado.

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 303/09, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que institui no calendário oficial do Estado do Paraná a Semana Estadual de Segurança e Saúde no Trabalho - SEMESS. (Prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho). **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA n° 065/09, de 17/06/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N° 303/09

P A R E C E R :

O Projeto de Lei n° 303/09, de autoria do Deputado Cleiton Kielse que institui no calendário oficial do Estado do Paraná a Semana Estadual de Saúde e Segurança no Trabalho (prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho).

Em síntese, o autor visa criar uma semana em que especialmente se tratará da saúde no trabalho.

Concordamos com o já argumentado de que prevenção à saúde do trabalhador deve ocorrer ao longo dos 365 dias de cada ano.

Todavia devemos adotar todas as medidas que possam ampliar as possibilidades de prevenção à saúde dos trabalhadores paranaenses.

O Código Sanitário Estadual define como uma das ações estatais que visem preservar as condições dignas de trabalho.

Ocorre que mesmo no âmbito da Administração Pública Estadual não há uma clara política de preservação à saúde dos trabalhadores.

Não há informações de que todos os locais de trabalho do Estado tenham mapas de riscos ambientais bem como programas de prevenção aos riscos ambientais.

Em muitos locais sequer há o formulário da CET - Comunicação de Acidentes de Trabalho.

Não há restrição constitucional para a instituição de uma semana para especialmente se tratar da prevenção à saúde do trabalhador.

O veto aposto a projeto similar se deu no ano de 2007, portanto, a nova proposição pode tramitar.

Não se pode falar, no âmbito da CCJ, em inocuidade da proposição pois esta conclusão pressupõe análise do mérito e não compete a esta comissão fazê-lo.

É competência do Estado legislar sobre a matéria e o projeto de lei pode ser iniciado por um Deputado Estadual, portanto, não há vício de iniciativa e usurpação de competência.

A assessoria técnica indicou o arquivamento em razão de sua inocuidade.

Em que pese os relevantes serviços prestados pela assessoria técnica, ousamos discordar para dizer que não cabe a esta CCJ analisar o mérito das proposições.

Cabe às demais comissões e ao Plenário decidir se a proposição é inócua ou não, bem como sua relevância para a sociedade paranaense.

O parecer é pela constitucionalidade da proposição e consequente tramitação da mesma.

Reservamo-nos no direito de divergir no mérito nas demais comissões e no plenário.

Sala das Comissões, em 07/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TADEU VENERI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 354/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 052/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Rio Bom, data de terras nº 10, da quadra 35, com área de 788,37 m², matrícula nº 10.001, do Registro de Imóveis da Comarca de Marilândia do Sul. SEM PARECERES. **Aprovado. (Publ. no DA nº 080/09, de 13/07/09, em Mensagens).**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3520, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3480, de autoria dos Deputados Luiz Carlos Martins, Elio Rusch, Valdir Rossoni e Plauto Miró, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para Encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Quero encaminhar formalmente aqui ao Líder da Oposição, o Deputado Elio Rusch, as respostas em relação ao Programa Leite das Crianças. Os documentos que quero lhe entregar em mãos, me foram oferecidos pelo Secretário Bianchini, que esteve hoje nesta Casa e pessoalmente me trouxe todas as informações relativas ao pedido de informação formulado por V. Exa.

Na verdade, temos aqui como referência a base técnica do mês de maio de 2009. No mês de maio, 157 mil 868 crianças receberam o programa nos 399 Municípios. Foram adquiridos 4 milhões 838 mil e 989 litros de leite no mês e pagos em junho.

Então, Sr. Presidente, é um programa que já investiu R\$ 284 milhões desde 2003. Aqui tem todas as informações, todos os laticínios, as associações de criadores, sendo que na verdade são 61 fornecedores do programa. O preço do leite atende o CONSELEITE. E vejam a importância, porque são 5 mil 469 produtores de leite que têm o envolvimento com o Programa Leite das Crianças.

Quero passar as informações ao Deputado Elio Rusch.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Consulto ao Deputado Elio Rusch se satisfaz e aproveitará o recesso para ler o relatório do Deputado Romanelli.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, apresentamos o requerimento na Sessão de ontem, o Deputado Romanelli pediu para discutir e ele nos traz as informações hoje. Vamos aceitar essas informações. Com toda certeza vamos analisar essa resposta, e eu até gostaria de um compromisso do Líder do Governo, porque caso não sintamos atendidos naquilo que solicitamos, vamos reapresentar esse requerimento após o recesso.

Agradeço ao Deputado Romanelli.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está **retirado** pelo autor.

Requerimento nº 3541, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Adia-se a discussão para próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 3577, de autoria das Deputadas Rosane Ferreira, Cida Borghetti, Luciana Rafagnin e Beti Pavin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3582, de autoria dos Deputados Marcelo Rangel, Valdir Rossoni, Ademar Traiano e Elio Rusch, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3583, de autoria dos Deputados Ademar Traiano, Elio Rusch, Marcelo Rangel, Valdir Rossoni e Reni Pereira, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3579, de autoria dos Deputados Péricles de Mello, Professor Lemos, Tadeu Veneri, Elton Welter e da Deputada Luciana Rafagnin, membros da Bancada do PT, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, não estamos pedindo informações, nós fizemos o requerimento solicitando uma ação do Governo do Estado com relação aos centros municipais de educação infantil. Peço que o Líder do Governo reconsidere, não é requerimento. É apenas uma solicitação ao Governador, Deputado Romanelli.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Estão sendo fechados ou não?

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Pela Ordem)

Não. Aquele problema que vimos hoje, o pessoal questionando a falta de recurso para as creches para os filhos de servidores.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Peço para discutir esse requerimento especificamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Adia-se na forma regimental, de acordo com o artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 3518, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Quero agradecer imensamente o Líder do Governo, pelo fato de discutir um requerimento. Houve

três fugas este ano, duas fugas no mês, a delegacia está em precárias condições, e que o Líder do Governo pede para discutir um requerimento encaminhando ao Secretário da Segurança Pública.

Não dá para entender o Líder do Governo, com toda honestidade. A comunidade de Marechal Cândido Rondon do Paraná, vamos entender o Líder do Governo. Deputado Romanelli, V. Exa. que vai consultar o Deputado Ademir Bier, com toda certeza ele, como integrante da Bancada do Governo e como Deputado do PMDB, é favorável a que se construa uma nova delegacia. Não é possível, Deputado Romanelli, de todo o desenvolvimento que tivemos neste momento. e V. Exa pedir para discutir esse requerimento. Desculpe.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, ainda bem que ele está pedindo desculpas, porque estou aqui regimentalmente, fazendo aquilo que possa fazer. E quero dizer o seguinte: não vai ser o requerimento do Deputado Elio Rusch que vai resolver essa situação. Temos que ter um pouco de cautela nas questões que são encaminhadas. Esse tema tem que ser tratado pelo elevado interesse público. Pedi para discutir, é o Regimento da Casa que prevê, e tudo aquilo que acordei com ele, eu cumpri aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Adiado na forma regimental.

O SR. ADEMIR BIER (PMDB) (Pela Ordem)

Quero colocar que não sou favorável a agilizar isso, como também já estamos entrando em contato com a Secretaria da Segurança Pública para que essa obra seja realizada. Agora, o nosso Líder está fazendo de acordo com o Regimento.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Atendendo o apelo do Deputado Elio Rusch, vamos encaminhar esse expediente da questão da delegacia de Marechal Cândido Rondon. Assim resolvemos a questão com a bancada de Marechal Cândido Rondon.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, V. Exa. tem sido um Presidente muito bom, mas vamos abrir um precedente muito grande aqui quando se vota alguma coisa, se volta atrás e pode-se para votar de novo. Nesse caso, com todo respeito ao Deputado Elio Rusch, poderia deixar para outra Sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Não atrapalha nada o bom andamento desta Casa, e para que a mágoa não permaneça. Então, já estão aprovado todos os que foram pedidos. **Aprovado o requerimento.**

